COLIGAÇÃO "UM RIO DE ESPERANÇA"

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB UNIDADE POPULAR – UP

PROGRAMA DE GOVERNO

RENATA SOUZA - Prefeita
IBIS PEREIRA - Vice

Rio de Janeiro

26 de setembro de 2020 versão 1.0

APRESENTAÇÃO

Outra cidade é possível

O **Programa Movimento** da Coligação "Um Rio de Esperança" (PSOL/PCB/UP) reúne em um plano de governo as propostas de políticas públicas elaboradas por aquelas e aqueles que se dedicam a lutar por uma vida mais livre, solidária e feliz.

O presente documento contém um plano que destaca 15 propostas para mudar o Rio e um caderno programático completo com todas as proposições, divididas em 25 temas. O objetivo é apresentar uma plataforma de ações para garantir a participação popular, promover a justiça socioambiental e defender as liberdades daquelas e daqueles que são oprimidos em razão de sua classe, gênero, raça, idade, sexualidade, religião, corpo ou cultura. Acreditamos, assim, que outra cidade é possível!

Acima de tudo, defendemos o fortalecimento da democracia não somente nos gabinetes do Estado, mas em todos os espaços públicos, como escolas e hospitais, através da ampliação de mecanismos de acesso à informação, de consulta popular e de controle social nos processos de tomada de decisão. Desejamos uma democracia por inteiro, não pela metade. Mais do que uma reforma institucional, almejamos a transformação do poder e da forma de exercê-lo. Acreditamos que governar não é dirigir. Governar é dar as condições para que as pessoas possam dirigir a si mesmas.

Precisamos construir um novo modelo de governo com e para as pessoas. Para isso, o poder público não pode se comportar como um balcão de negócios. Ao contrário, deve funcionar como um instrumento de promoção do interesse público. Da arte ao lazer, da saúde à educação, da segurança à mobilidade, do esporte ao carnaval, nossa meta é trabalhar por uma cultura de direitos que nos permita construir um novo futuro para o Rio de Janeiro.

PLANO

15 PROPOSTAS PARA MUDAR O RIO

RECUPERAR O CAIXA DA PREFEITURA PARA INVESTIR NA POPULAÇÃO

Por meio de um plano arrojado de melhoria da gestão e da arrecadação, planejamos arrecadar R\$15,5 bilhões a mais ao longo de 4 anos para financiar nossas propostas e recuperar o caixa da prefeitura. O plano será constituído de três pilares: cobrar a dívida dos grandes devedores (em especial os bancos) para ampliar o caixa da prefeitura e financiar futuros investimentos; implementar uma política de justiça fiscal para reduzir as desigualdades urbanas e aumentar a arrecadação; melhorar os gastos públicos para dar mais eficiência ao uso dos recursos da prefeitura. Vamos cobrar R\$1.1 bilhões de bancos que devem à Prefeitura e estão inscritos na dívida ativa do município. Esses bancos negaram e dificultaram crédito a pequenos e médios empresários bem no meio da crise. Eles têm que dar sua cota de sacrifício para a recuperação econômica da cidade! No total, vamos cobrar R\$10 bilhões de grandes devedores. Segundo auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Município na Secretaria Municipal de Fazenda, essa é a parcela da dívida com boa capacidade de recuperação na Justiça (o total da dívida ativa é de R\$49.3 bilhões). Iremos estruturar a Procuradoria-Geral do Município e cobrar resultados. Queremos superar o descaso e omissão com dinheiro público. A Prefeitura já perdeu mais de R\$212 milhões em créditos que prescreveram na Justiça. E a Procuradoria-Geral do Município, responsável pelas cobranças, conta com apenas 9 procuradores para cuidar de 600 mil processos. A quem interessa beneficiar grandes devedores e bancos, deixando milhões e milhões de reais em processos prescreverem? Vamos dar fim a esse calote! Além disso, nossa meta é arrecadar R\$ 3,51 bilhões (mais R\$876 milhões por ano) tornando a cobrança do IPTU mais justa. Em vez de uma alíquota única, implementar dezenas de faixas, onde o pequeno terreno e as residências humildes passem a pagar menos, indo pouco a pouco, de acordo com a capacidade de cada de um, até aumentar a taxação sobre os grandes terrenos da especulação imobiliária e as mansões milionárias. Quem tem pouco paga pouco, quem tem muito, paga mais. Vamos passar a régua: quem tiver imóvel residencial de até R\$2 milhões terá seu IPTU significativamente reduzido. Defendemos, assim, um modelo de justiça fiscal que cobre mais dos super-ricos para reduzir os impostos dos mais pobres e da classe média. Além da arrecadação em si, essa medida é fundamental como política urbana de combate à especulação imobiliária. Manter terrenos enormes como apenas reserva de riqueza só favorece os super-ricos. Isso encarece o aluquel e reduz a oferta de moradias e de servicos para os cariocas. Por fim, vamos economizar R\$2 bilhões (R\$500 milhões por ano) com um plano de melhoria do gasto que envolve auditoria de contratos de serviços e obras, uso do pregão eletrônico (licitação pela internet que aumenta a transparência e a competição entre fornecedores), eliminação de desperdícios e combate às máfias. Vamos usar o poder de compra da prefeitura de forma inteligente e acabar com os esquemas de corrupção, o que vai nos permitir fazer muito mais para a população.

RENDA BÁSICA CARIOCA

Criar o programa Renda Básica Carioca para garantir um auxílio financeiro permanente às famílias mais pobres da cidade, tendo como objetivo consolidar uma política estrutural de

transferência de renda voltada para a erradicação da extrema pobreza e a superação das desigualdades urbanas. O auxílio financeiro terá como parâmetro de valor até meio salário mínimo por família, variando conforme o número de crianças e se há pessoa com deficiência ou idosos no núcleo familiar. O programa em sua fase inicial terá custo de R\$1,2 bilhão de reais, beneficiando 200 mil famílias. Vamos construir um plano para progressiva expansão do benefício para um número maior de famílias, conforme a necessidade e o aumento da arrecadação.

BRT DE GRAÇA

Criar o programa BRT DE GRAÇA, para garantir, até o final do último ano de mandato, a gratuidade nos serviços BRT Transoeste, Transolímpica e Transcarioca, com o objetivo de reduzir o custo de vida das famílias mais pobres da cidade (em especial na Zona Oeste) e dinamizar a economia no entorno dos corredores. Hoje o custo anual do sistema BRT é da ordem de R\$350 milhões. Este valor será pago utilizando parte dos recursos economizados com nosso plano de melhoria dos gastos da prefeitura. Mas nós pretendemos tornar o sistema BRT mais eficiente, aumentando a qualidade do serviço e reduzindo despesas. Vamos reestruturar a operação do sistema, que passará a ser feita de forma centralizada, eliminando desperdícios e custos adicionais identificados pelo relatório da intervenção no sistema BRT (como, por exemplo, o sobrepreço em contratos ineficientes e o controle da frota feito por cada uma das empresas operadoras em separado). A frota de ônibus utilizada será de uso exclusivo do sistema BRT, que contará com pátios de estacionamento próprios ao longo dos corredores e no Terminal Alvorada, reduzindo custos operacionais, diminuindo o tempo de entrada em operação e eliminado graves problemas de gestão que hoje resultam na falta de veículos. Aos poucos, vamos substituir a frota por ônibus elétricos e implantar infraestrutura de captação de energia solar para abastecimento dos veículos, com o objetivo de reduzir os custos operacionais no longo prazo da operação.

VLT DE GRAÇA

Criar o programa VLT DE GRAÇA, para garantir, até o final de 2022, a gratuidade do serviço, com o objetivo de reduzir o custo de vida de quem trabalha no Centro e na Zona Portuária e dinamizar a economia nestas regiões. Hoje o custo operacional do sistema de VLT é da ordem de R\$80 milhões por ano. Este valor será cobrado dos especuladores e das grandes empresas localizadas nas regiões beneficiadas pelo sistema. A proposta também passa a viabilizar o uso esporádico do sistema ou seu proveito como segunda perna de viagem, removendo os entraves provocados pela necessidade de possuir um cartão único por usuário ou de pagar mais uma tarifa pelo deslocamento. Ganha com a proposta a atividade econômica no Centro do Rio, que terá um número maior de oportunidades (de trabalho, comércio e acesso a serviços), principalmente nas regiões menos consolidadas da zona portuária, por onde passa o VLT. Ganha ainda os usuários dos Trens, Metrô e Barcas, que poderão fazer a integração entre os modos de transporte de alta capacidade com o sistema de VLT. Para viabilizar a proposta, o que se estipula é um período de transição entre a cobrança de tarifa e a operação gratuita, iniciando com testes de tarifa especial em finais de semana e feriados, seguido da redução progressiva da tarifa regular até a gratuidade total em um prazo de 2 anos.

ENFRENTAR A MÁFIA DOS ÔNIBUS PARA REDUZIR A PASSAGEM, ACABAR COM O SUMIÇO DE LINHAS E GARANTIR QUALIDADE

Reestruturar o sistema de ônibus colocando como prioridade absoluta o interesse da população, a qualidade do serviço e a redução dos custos com passagem, exigindo ônibus em boas condições que circulem com regularidade. Isso será feito intensificando a regulação e a fiscalização, por meio de um conjunto de medidas administrativas e jurídicas. Vamos editar um novo Código dos Ônibus, decreto municipal que regula as exigências para as linhas, estabelecendo multas mais altas, punições mais ágeis e mecanismos efetivos de fiscalização. Além disso, iremos assumir o controle da bilhetagem, que hoje está nas mãos da Fetranspor, para garantir a redução da passagem e a integração tarifária com metrô e trem. Auditaremos os contratos das empresas e suas fornecedoras para combater fraudes e superfaturamentos, conforme identificado pela CPI dos Ônibus. E vamos monitorar os ônibus por GPS, utilizando tecnologia de ponta para garantir a regularidade do serviço, multando automaticamente as empresas que não cumprirem o número mínimo de veículos.

CONSTRUIR 100 MIL CASAS PARA 300 MIL CARIOCAS – HABITA RIO

Implementar um programa de moradia popular para garantir casas para 100 mil famílias cariocas. Essa meta ousada é possível por meio de um modelo verdadeiramente popular. Vamos atender não só as pessoas que não têm onde morar hoje, mas também as famílias que vivem em condições precárias e não podem arcar com o preço absurdo das moradias. O modelo é o seguinte: a prefeitura primeiro constrói as casas. Depois, conforme a necessidade e o público, dá a casa a quem não tem e mora na rua. Ao mesmo tempo, ela vende ou aluga a preço bem acessível (bem abaixo do mercado) a quem tem alguma condição, o que ajuda a financiar e expandir o programa ainda mais. Com esse programa planejamos gerar 142.800 empregos, sendo 57.300 empregos diretos e 85.500 empregos indiretos. Para executar esse programa, a prefeitura irá criar a Imobiliária Carioca, uma imobiliária pública que vai operar abaixo dos preços do mercado e adotar um papel ativo na dinâmica de produção imobiliária da cidade. Ou seja, a prefeitura passa a atuar diretamente no mercado imobiliário, sendo capaz de interferir no preço dos imóveis de fato. Assim, vamos quebrar a lógica da especulação imobiliária e reduzir o custo da moradia e dos aluquéis para todos os cariocas. A prefeitura pode e deve entrar nesse jogo, construindo casas a preços acessíveis para as camadas médias da população e utilizando o valor excedente para financiar solidariamente a oferta aos setores mais pobres, o que lhe permitirá direcionar a expansão urbana da cidade, realizando investimentos imobiliários nas regiões que busca consolidar, ao invés de deixar esse papel somente na mão do mercado. Metade dessas habitações, 50 mil, serão disponibilizadas no Centro do Rio. O Programa Porto Moradia vai transformar a região do centro e a zona portuária, que hoje se encontra abandonada e cheia de elefantes brancos, em uma área residencial com vida urbana pulsante. A região concentra o maior estoque de imóveis públicos com potencial de renovação do município. Os imóveis públicos vazios e subutilizados serão reconvertidos para fins de moradia por meio de programas de locação social, onde o valor do aluguel é subsidiado pela prefeitura (ficando vinculado à renda familiar e não ao valor de mercado do imóvel) e a família que reside tem o direito à moradia garantido pela poder público, o que protege o locatário dos processos de gentrificação promovidos pelo mercado imobiliário.

MAIS SAÚDE

Defender o SUS e ampliar os recursos destinados à saúde para valorizar os profissionais e garantir políticas de saúde para todos os ciclos de vida, em especial aos extremos de idade (idosos e crianças), que devem ser considerados os principais indicadores de qualidade de vida na cidade. Já no primeiro ano, vamos investir R\$7,5 bilhões. Saúde terá prioridade no orcamento. Vamos recuperar as Clínicas de Saúde da Família com controle e gestão pública plena, dando fim às formas de terceirização e privatização que geram corrupção, desvios e ineficiência. Queremos fortalecer a Atenção Primária. Já nos primeiros seis meses de governo, iremos contratar 200 equipes de Saúde da Família, compostas por 1 médico, 1 enfermeiro, 1 técnico em enfermagem e 6 agentes comunitários de saúde. Além disso, vamos modernizar a Rede de Urgência e Emergência do município, hospitalar e préhospitalar - fixa (Unidades de Pronto Atendimento) e móvel (SAMU) -, de maneira a garantir pleno acesso e tempo de resposta adequado para a população. Outra prioridade será acabar com as filas de espera por consultas e exames. Vamos aprimorar os sistemas de regulação de leitos para que as vagas sejam preenchidas de maneira mais ágil, transparente e eficaz. Por fim, iremos reorganizar a gestão dos hospitais do município, para constituir uma rede capaz de atendar os cariocas com dignidade, privilegiando os agravos e doenças que atingem os grupos sociais mais vulneráveis.

ZERAR A FILA DE CRECHES – FUNCRECHE

Zerar a fila da creche até 2024. Vamos criar o Fundo Municipal para Creches, que vai garantir o aumento progressivo dos investimentos em construção e na manutenção de creches. Esse fundo vai ser composto (sem aumento de imposto) por recursos vinculados da arrecadação do ISS (Imposto Sobre Serviços): começaremos em 1,25% da arrecadação do ISS em 2021, aumentando progressivamente, até chegar a 5% em 2024. Serão pelo menos 780 milhões de reais investidos em abertura de vagas e na manutenção das creches, garantindo a valorização dos profissionais e um serviço público de qualidade. Os bairros mais carentes de vagas, que contarão com nossa prioridade no primeiro ano, serão Curicica, Campo Grande, Anil, Rio das Pedras, Irajá e Bangu.

ESCOLA DE PORTAS ABERTAS

Criar o programa Escola de Portas Abertas e efetivar um modelo de Educação Integral na rede municipal de ensino, com o objetivo de integrar as políticas de esporte, arte e cultura aos programas de educação, além de incluir toda comunidade escolar — alunos, pais, funcionários e professores — na construção de programas educativos. Mais do que simplesmente manter nossas crianças mais tempo dentro das salas de aula, nossa prioridade será investir na qualidade da educação dada a elas. O objetivo é transformar as escolas em polos de produção de pensamento crítico, preservação da memória dos bairros e promoção da cultura popular. Essa integração entre educação, esporte, arte e cultura pode ajudar a ressignificar o papel das escolas em seus territórios e mudar a relação dos moradores com suas comunidades. O Rio tem a maior rede de escolas da América Latina. Queremos que cada unidade de ensino funcione como um vetor de desenvolvimento social da sua região. De segunda a sexta, vamos oferecer café da manhã e jantar de qualidade aos alunos e responsáveis. As escolas municipais funcionarão fora dos horários de aula

como equipamentos culturais abertos aos moradores do bairro, especialmente nos fins de semana. Cada unidade escolar terá um cineclube popular próprio e irá elaborar projetos educacionais em parceria com a rede de pontos de cultura, espaços de memória, arenas, areninhas, lonas culturais, anfiteatros e teatros da sua região. Além disso, vamos integrar a rede de ensino municipal com as escolas de samba da cidade, associando disciplinas formais (história, música, artes, língua portuguesa, ciências etc.) ao universo de múltiplo saberes das agremiações. Uma rede municipal de Mestres Griôs será construída para promover a cultura popular e a troca de saberes nas unidades de ensino. Por fim, iremos reformar as quadras poliesportivas das escolas municipais e garantir acesso dos alunos aos equipamentos e instalações esportivas dos clubes de bairro locais.

PROGRAMA FAVELA É CIDADE

Priorizar obras de saneamento ambiental nas favelas, para garantir água limpa e esgoto tratado nas comunidades, oferecendo vagas de trabalho para os moradores dos locais onde forem realizadas as obras. Vamos investir em infraestrutura de armazenamento e distribuição de água para garantir o acesso a água limpa. Hoje é comum os moradores serem obrigados a fazer racionamento. Isso não acontece porque falta água vindo da rede da CEDAE, mas sim porque o município não investe em infraestrutura para as favelas. Esse é um investimento relativamente barato perto do benefício social que ele traz. Vamos garantir fluxo constante e regular de água limpa! A favela vai ter o mesmo padrão de abastecimento das áreas ricas da cidade. Além disso, iremos garantir a ampliação contínua da rede de esgoto nas favelas e nos bairros populares, até atingir a cobertura completa de todas as regiões da cidade. Queremos resolver o problema dos valões que tanto afetam a vida dos cariocas mais pobres. Assim, iremos economizar gastos em saúde (cada real investido em saneamento economiza em média quatro reais em serviços futuros de saúde, de acordo com a Organização Mundial da Saúde), gerar emprego e renda, diminuir a desigualdade e preservar o meio ambiente.

GERAÇÃO DE EMPREGO

Utilizar a capacidade de compra e investimento da prefeitura para incentivar o surgimento e a manutenção de empresas de pequeno e médio porte. Vamos investir em obras de saneamento ambiental e construção civil com o objetivo de qualificar a infraestrutura do município e promover a geração de emprego, oferecendo assessoria técnico-pedagógica e priorizando vagas de trabalho para os moradores dos locais onde forem realizadas as obras, começando pelas favelas e bairros populares da cidade onde tem maior demanda por serviços de saneamento ambiental e moradia popular. Outra prioridade será apoiar o comércio de bairro, com investimentos em infraestrutura urbana (como banheiros públicos) em torno dos polos gastronômicos, centros de comércio popular e praças públicas de cada região, além de promover a fiscalização e orientação sobre a logística atrelada ao comércio (horários e locais de carga e descarga).

PACTO MUNICIPAL DE IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA

Liderar um pacto entre Prefeitura, empresas e sociedade civil, para a promoção da igualdade racial e de gênero na cidade. A prefeita vai liderar pelo exemplo e garantir

paridade de gênero e raça no secretariado da prefeitura, além de criar uma Ouvidoria Especial para o recebimento de denúncias de assédio e discriminação. Vamos exigir de fornecedores e terceirizados a adoção de boas práticas, como formação adequada e canais de denúncia. Mas o principal desafio será firmar um acordo entre prefeitura, empresas e sociedade civil, para a promoção da igualdade salarial entre homens, mulheres, brancos e negros nos setores públicos e privados da cidade.

PROGRAMA RIO SEM PLÁSTICO

Implementar o Programa Rio sem Plástico, com o objetivo de eliminar, gradualmente, a produção, consumo e descarte de plástico e isopor na cidade, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo. Vamos banir, de forma gradual, a produção, comercialização e uso de embalagens e produtos descartáveis feitos de plástico e isopor. A prefeitura precisa criar mecanismos de monitoramento do impacto ecológico da produção, consumo e descarte de plástico (com foco nos microplásticos) e isopor na cidade, em especial, na saúde das pessoas, na saúde dos animais, na cadeia alimentar, nos corpos hídricos, nos lençóis freáticos, no solo e na atmosfera. Além disso, é importante promover campanhas de conscientização e implementar uma política de rotulagem ecológica de produtos para reduzir o consumo de plástico e isopor na cidade e informar sobre os danos e prejuízos dos impactos ecológicos. Serão produzidas campanhas informativas sobre técnicas de reaproveitamento de objetos antigos (upcycling) para reduzir o descarte de plástico (em especial, o plástico BOPP) e isopor na cidade e poupar o meio ambiente. Vamos garantir incentivos municipais para indústrias que utilizem técnicas sustentáveis, contínuas e cíclicas de produção (baseadas em remontagem, reaproveitamento e reciclagem de produtos feitos de plástico e isopor), bem como empresas que utilizem técnicas inclusivas e acessíveis de comercialização, sem o uso de produtos feitos de plástico e isopor. Nosso objetivo será promover a logística reversa na economia da cidade para integrar consumidores, comerciantes e indústrias em uma cadeia econômica circular, baseada na reciclagem e reutilização de produtos feitos de plástico e isopor. Por fim, iremos promover pesquisas científicas sobre materiais ecologicamente sustentáveis que podem servir como substitutos ao plástico e ao isopor, além de garantir incentivos municipais para a sua produção e comercialização.

PACTO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA E DOMÉSTICA

Liderar um pacto municipal de redução da violência urbana e doméstica (em especial, estupros e homicídios) e construir uma rede municipal de apoio, acolhimento, proteção e denúncia para as vítimas e seus familiares. Vamos estabelecer um programa de metas de redução dos índices de violência relacionados a conflitos urbanos e domésticos, garantindo mecanismos de monitoramento e fiscalização permanentes. A prefeitura irá investir no aperfeiçoamento da produção de dados sobre conflitos urbanos e domésticos, com a organização, integração e sistematização dos bancos de dados do município, bem como produzir e publicar pesquisas sobre violência urbana para a formulação e avaliação das políticas públicas de segurança. Já no primeiro ano de governo, iremos desenvolver um mapa interativo da violência na cidade, com indicadores que permitam analisar a situação de cada bairro, e criar um observatório da violência urbana, com o objetivo de coletar, produzir e sistematizar dados sobre violência e vitimização, para identificar vulnerabilidades

que afetem a segurança dos cariocas. Vamos implementar um sistema permanente de compartilhamento de dados e informações com a Câmara Metropolitana, o Governo do Estado e a União (inclusive com o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN), além de integrar o município aos canais de informação e bancos de dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, tendo como objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos entre as agências de segurança pública e defesa social (municipais, estaduais e federais) que operam na cidade. Ao mesmo tempo, a prefeitura vai investir na formação, capacitação e qualificação dos agentes de segurança pública e defesa social (municipais, estaduais e federais) que atuam no município, bem como elaborar uma estratégia de comunicação que envolva a população no estabelecimento de uma cultura de paz e amizade cívica.

COMBATE À FOME E PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Implementar um programa de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional na cidade. Vamos mapear a produção agrícola do município e as fontes externas de abastecimento para articular uma rede municipal de agricultura familiar baseada na agroecologia e na permacultura, incentivando pesquisas sobre produtos e técnicas utilizadas na produção dos alimentos e seus impactos sobre a saúde da população. Iremos definir zonas livres de agrotóxicos, com a diminuição gradual até a extinção do uso de agrotóxicos no território municipal. E incentivar a organização e manutenção de hortas comunitárias (verticais e planas), nos espaços urbanos e periurbanos ociosos da cidade, inclusive com a cessão de terrenos públicos. Os alimentos cultivados nas hortas serão destinados às famílias que participam do projeto e o excedente será comercializado com a população local, combatendo a fome de pessoas em risco social, dando oportunidade de agregação de renda às famílias e desenvolvendo hábitos alimentares saudáveis. Além disso, vamos organizar uma rede pública de feiras, mercados e restaurantes populares agroecológicos em todas as regiões da cidade (começando pelos bairros da zona norte, oeste e centro). Mas nossa prioridade será iniciar um plano para garantir que em 2030 toda a comida servida nos postos de saúde, hospitais, abrigos e escolas da rede municipal seja produzida sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos, preferencialmente no município, na região metropolitana ou no restante do estado do Rio de Janeiro.

CADERNO PROGRAMÁTICO

SUMÁRIO

Planejamento e gestão

Ciência e Tecnologia

Direitos Humanos

Finanças públicas

Previdência social

Assistência social

Emprego e renda

Segurança Pública e Defesa Social

Meio ambiente

Defesa Civil

Saneamento ambiental

Segurança alimentar e nutricional

Urbanismo

Habitação

Mobilidade

Acessibilidade

Saúde

Educação

Cultura

Comunicação

Memória e verdade

Lazer

Esporte

Turismo

Proteção aos animais

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Prioridades e compromissos:

SERVIDOR PÚBLICO

- ☼ Valorizar o servidor público, por meio de capacitação, melhoria das condições de trabalho, ampliação do plano de carreira, elaboração de políticas contra assédio moral e sexual, redução dos cargos comissionados e realização de novos concursos públicos para contratação de pessoal;
 - Implementar uma política municipal integrada de recrutamento, seleção, capacitação, formação e avaliação contínua dos servidores, tendo a gestão por competências como diretriz de governo e fomentando a profissionalização do serviço público orientado para as necessidades dos cidadãos;
 - Priorizar servidores de carreira para ocupar os cargos comissionados, tornando a máquina pública mais eficiente e valorizando os servidores estatutários da prefeitura;

PLANEJAMENTO

- ☼ Criar a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan), incorporando a Secretaria da Casa Civil, a Secretaria Municipal de Fazenda e a Secretaria Municipal de Ordem Pública, como órgão central de planejamento, monitoramento e gestão da Prefeitura, com o objetivo de garantir uma ação governamental integrada e apoiar as demais secretarias municipais na produção e disseminação de dados estatísticos e cartográficos, na organização dos processos de participação popular, na avaliação da prestação de serviços e no planejamento socioambiental das diferentes regiões da cidade;
 - Vincular o Instituto Pereira Passos (IPP) e o Centro de Operações e Resiliência (COR) à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan);
 - Estabelecer uma equipe setorial da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan) em cada secretaria municipal para monitoramento e avaliação de políticas públicas, com o objetivo de garantir celeridade e eficiência dos processos de gestão governamental;
 - Criar coordenadorias intersetoriais permanentes, sob supervisão da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan), para tratar de temas transversais às secretarias

municipais (tais como: prevenção e mitigação de desastres socioambientais, redução da violência urbana e doméstica, entre outros);

- Integrar na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan) as redes de planejamento e gestão do município para garantir a gestão integrada e otimizada dos recursos humanos, orçamentários, logísticos e patrimoniais necessários à realização das ações governamentais;
- Reestruturar na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan) os mecanismos municipais de produção de estatística e cartografia do município e investir na produção de dados e conhecimento sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais da cidade;
- Reestruturar na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan) os mecanismos municipais de monitoramento e fiscalização de compras, aquisições e contratações públicas para racionalizar custos, dar agilidade e aumentar poder de barganha, melhorando a qualidade do gasto público e construindo um município mais eficiente e sustentável;
- Reestruturar na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan) os mecanismos municipais de planejamento e gestão patrimonial para implementar uma política de gestão dos imóveis, com base em diagnóstico sobre o uso dos próprios, com o objetivo de otimizar a alocação desses recursos e dar-lhes correta destinação, garantindo o atendimento de sua função social;
- ☼ Garantir uma conexão permanente entre os programas e ações da prefeitura com aquilo que está previsto no Plano Plurianual (PPA), com foco na integração entre o planejamento estratégico da prefeitura e o de cada secretaria setorial, considerando projetos, diagnósticos e zoneamentos já existentes;
- ☼ Reformular o entendimento sobre custo e benefício do investimento de recursos públicos, qualificando a discussão sobre redução da despesa pública e sobre a qualidade do gasto público, considerando indicadores de impacto e clareza nos objetivos e metas setoriais, sem esquecer dos benefícios gerados em face dos custos economizados a longo prazo;

GESTÃO

☼ Reestruturar o organograma das secretarias da prefeitura para otimizar o uso dos recursos públicos e garantir a integração dos órgãos estatais de forma que a execução das ações de governo nas diferentes regiões do município seja mais eficaz, eficiente e efetiva;

- Organizar a prefeitura em 15 secretarias municipais: Planejamento е Gestão, Urbanismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico е Social, Infraestrutura e Conservação, Habitação, Mobilidade, Saúde, Educação, Cultura, Turismo, Assistência Social, Direitos Humanos, Defesa Civil:
 - Criar a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan), incorporando a Secretaria da Casa Civil, a Secretaria Municipal de Fazenda e a Secretaria Municipal de Ordem Pública;
 - Transformar a Subsecretaria de Habitação em Secretaria Municipal de Habitação, transformando a atual Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação em Secretaria Municipal de Infraestrutura e Conservação;
 - Transformar a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil em Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil:
 - Transformar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação em Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social;
 - Desmembrar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos em Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Direitos Humanos;
 - Transformar a Secretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida em Subsecretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos;
 - Transformar Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência em Subsecretaria Municipal da Pessoa com Deficiência vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos;
- Constituir uma instância de pactuação política entre a prefeita e os secretários da prefeitura para garantir que o planejamento e o monitoramento das políticas públicas sejam permanentemente supridos de informações sobre implementação e execução tanto de

- órgãos setoriais quanto das informações produzidas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan);
- Dar autonomia às secretarias municipais na execução de seus orçamentos para permitir o atendimento oportuno e tempestivo das demandas da sociedade por parte da prefeitura, garantindo controle sobre os gastos e agilidade da resposta governamental para a população;
- ☼ Garantir que cada secretaria municipal realize audiências públicas regulares para apresentar balanços semestrais das ações implementadas e daquelas que estão em fase de estudos, incluindo a apresentação das verbas destinadas às secretarias e as aplicações feitas:

PARTICIPAÇÃO POPULAR

- ☼ Implementar, em cada uma das 33 regiões administrativas da cidade, um conselho de moradores, composto de 31 membros, garantida a paridade de gênero (com 15 vagas para os 15 homens mais votados, 15 vagas para as 15 mulheres mais votadas, e uma última vaga para o trigésimo primeiro mais votado), todos moradores da respectiva região administrativa, eleitos entre os moradores da mesma região administrativa para mandatos de 4 anos, sem reeleição;
 - Garantir o respeito à diversidade cultural do território;
 - Promover o protagonismo da população local na gestão pública;
 - Realizar reuniões abertas e consultas populares sobre os principais temas da região;
 - Elaborar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan), um plano regional de desenvolvimento urbano, integrando nessa escala as políticas de geração de emprego, distribuição de renda, preservação do meio ambiente, saneamento, energia, mobilidade, moradia, cultura, lazer, educação, saúde, assistência social e segurança pública;
- ☼ Fortalecer os conselhos municipais de políticas públicas, em especial, os conselhos de Defesa dos Direitos Humanos (CMDDH), de Juventude (COMJU), da Mulher (CMDM), dos Direitos da População LGBT (CMLGBT), de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE), de Defesa da Criança e do Adolescente (CMDCA), dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) e da Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COMDEF), dando-lhes estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de

- promoção, garantia e defesa dos direitos e liberdades dessas populações;
- Resgatar os programas setoriais aprovados pelos conselhos de políticas públicas nas conferências municipais realizadas nos últimos anos, visando uma sistematização do acúmulo de propostas formuladas, bem como incentivar a realização regular de novas conferências temáticas;
- Planejar a implantação dos fundos municipais que ainda não foram totalmente implementados, consolidar a legislação sobre esses fundos, bem como os mecanismos para a divulgação e transparência dos recursos aplicados;
- Criar a Conferência Carioca, nos moldes de um fórum social urbano, que será realizada a cada dois anos, sob coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan);
 - Promover consultas populares (através de mecanismos como audiências, seminários, plebiscitos, referendos e enquetes) sobre os principais desafios do município;
 - Deliberar a política de desenvolvimento regional e o planejamento orçamentário da cidade, com base nos programas setoriais aprovados pelos conselhos de políticas públicas e nos planos regionais de desenvolvimento urbano aprovados pelos conselhos de moradores;

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E GOVERNANÇA DIGITAL

- Criar uma plataforma digital (com aplicativo para celular) no formato de um Gabinete Virtual e adotar uma política de transparência ativa e dados abertos;
 - Garantir acesso universal às informações técnicas, administrativas e orçamentárias da prefeitura (projetos, editais, contratos e processos administrativos);
 - Dar maior publicidade para editais, contratos, leilões e outras formas de contratação, com transmissão ao vivo, via internet, dos ritos de abertura de envelopes e homologação de contratos:
 - Viabilizar um sistema interativo de comunicação entre os conselhos de políticas públicas e os conselhos de moradores:

- Garantir uma ouvidoria pública online de qualidade.
- ☼ Garantir que as políticas de comunicação pensadas como ferramenta de gestão sejam não apenas de difusão (unidirecionais, uniformes e centralizadas), mas principalmente participativas (bidirecionais, adaptadas às diferentes realidades e descentralizadas);
- Adotar licenças livres nos documentos e publicações da prefeitura, e estabelecer ferramentas e práticas que facilitem o compartilhamento do conhecimento;
- ☼ Adotar softwares livres em todas as áreas da administração municipal;
- Efetivar a governança digital entre as redes governamentais e investir no uso de tecnologia de informação na gestão pública visando aproveitar as imensas oportunidades geradas pela combinação de dispositivos de mobilidade (smartphones e tablets), GPS e mapeamento para prover aos cidadãos cariocas diversas funcionalidades de interesse público, inclusive fornecer mensagens de alertas e emergência em tempo real;
- ☼ Implementar, com previsão de cobertura total em um prazo de 8 anos, um sistema de rede sem fio que garanta internet pública, gratuita e de qualidade para redes móveis de alta velocidade em todo o município (começando pelos bairros populares do subúrbio e pelas favelas da cidade precariamente atendidas pelo sistema privado de telefonia móvel e internet), com a progressiva ampliação do acesso por meio de "hotspots", "telecentros" e "postos de conexão" (locais com equipamento e estrutura necessários) em lugares como praças, mercados, escolas, bibliotecas e órgãos públicos;

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Prioridades e compromissos:

INDICADORES SOCIAIS

Elaborar novos indicadores sociais para ações públicas, em conjunto com as universidades e instituições de pesquisa localizadas no município, buscando superar os indicadores tradicionais que não refletem as reais condições da população;

PESQUISA

- Regulamentar e tornar operacional o Fundo Municipal de Amparo à Pesquisa (FMAP) para promover uma política de fomento a bolsas acadêmicas para estudantes e pesquisadores, visando a participação direta da comunidade universitária nos temas de interesse público do Rio de Janeiro;
- Criar o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, que terá a função de selecionar projetos de pesquisa aplicada em temas de interesse das políticas públicas municipais a serem financiados pelo Fundo Municipal de Amparo à Pesquisa;
- Apoiar projetos de pesquisa e extensão voltados para o aperfeiçoamento de políticas públicas municipais e problemas de alta complexidade técnica e social;
- ☼ Estabelecer convênios com as universidades públicas e institutos de pesquisa localizados no município para garantir um programa de aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de métodos operacionais para a qualificação dos servidores públicos da Prefeitura e da Câmara Municipal, bem como a produção de conhecimento que subsidie a formulação e avaliação de políticas públicas;

DIREITOS HUMANOS

Prioridades e compromissos:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- ☼ Implementar um Plano Municipal de Igualdade de Gênero e Raça;
 - Garantir paridade de gênero e raça no secretariado da prefeitura;
 - Exigir de fornecedores e terceirizados a adoção de boas práticas, como formação adequada e canais de denúncia;
 - Liderar um pacto entre prefeitura, empresas e sociedade civil, para promoção da igualdade salarial entre homens, mulheres, brancos e negros nos setores públicos e privados da cidade;
- Promover a igualdade de gênero e o acesso igualitário de homens e mulheres à administração pública, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas machistas, à violência de gênero e a todas as formas de discriminação contra a mulher;
- ☼ Promover a igualdade racial e o acesso igualitário de todas as etnias à administração pública, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas racistas, à violência racial e a todas as formas de discriminação contra qualquer etnia:
- Promover os direitos LGBT e o acesso igualitário da população LGBT à administração pública, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas lesbo/homo/bi/transfóbicas, à violência lesbo/homo/bi/transfóbica e a todas as formas de discriminação contra a população LGBT;
- Garantir a laicidade do Estado, em todas as suas instâncias e, em particular, na educação pública, a não ingerência das igrejas nas políticas públicas, a liberdade de crença e de não-crença e o pleno exercício dos direitos de todas as comunidades religiosas, assim como dos ateus e agnósticos, sem discriminação ou privilégios de qualquer tipo;

POLÍTICAS SETORIAIS

Criar a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, desmembrando a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos em duas secretarias;

- Instituir um Plano Municipal de Igualdade Racial, sob a supervisão do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE), garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ☼ Instituir um Plano Municipal de Igualdade de Gênero, sob a supervisão do Conselho Municipal da Mulher (CMDM), garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ☼ Instituir um Plano Municipal de Políticas LGBT, sob a supervisão do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT (CMLGBT), garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Instituir um Plano Municipal de Liberdade Religiosa, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ☼ Instituir um Plano Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, sob a supervisão do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (CMDCA), garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ☼ Instituir um Plano Municipal de Juventude, sob a supervisão do Conselho Municipal de Juventude (COMJU), garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Instituir um Plano Municipal de Envelhecimento Saudável, sob a supervisão do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

TERRITÓRIOS

Promover os direitos das comunidades tradicionais e a valorização da memória dos territórios, combatendo o preconceito e a discriminação cultural.

FINANÇAS PÚBLICAS

Prioridades e compromissos:

FINANÇAS

- ☼ Rejeitar as políticas de austeridade fiscal que retiram direitos da população;
- Recuperar as finanças da prefeitura investindo na diversificação da matriz produtiva e induzindo a retomada da atividade econômica para ampliar a arrecadação;
- ☼ Tornar a Dívida Ativa em uma das fontes prioritárias de receita para o município;
 - Cobrar R\$10 bilhões de grandes devedores em 4 anos (segundo auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Município na Secretaria Municipal de Fazenda, essa é a parcela da dívida de R\$49,3 bilhões com boa capacidade de recuperação na Justiça);
 - Realizar concurso público para a Procuradoria do Município (que hoje conta com apenas 9 procuradores para gerir cerca de 600.000 execuções fiscais) e modernizar a sua estrutura com o objetivo de aumentar a arrecadação;

DÍVIDA PÚBLICA

Auditar a dívida pública do município para analisar a legalidade dos empréstimos contraídos e examinar o impacto de médio e longo prazo dos contratos e convênios estipulados para sua consolidação, bem como a evolução dos desembolsos para o serviço da dívida;

CONTRATOS

☼ Auditar os contratos e procedimentos operacionais de concessões municipais que apresentem indícios de não cumprimento satisfatório das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, equilíbrio econômico-financeiro, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos, em acordo com a Lei Federal 8.987/95 e a seção V da Lei Orgânica do Município;

JUSTIÇA FISCAL

- Planejar a implementação de uma reforma tributária, baseada na proporcionalidade e na progressividade da cobrança de impostos, que objetive garantir equidade na taxação, reduzir as desigualdades sociais, promover a distribuição de renda e assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
 - Reverter a reforma do IPTU implementada pelo Crivella, com o objetivo de criar um escalonamento amplo de alíquota;
 - Reduzir o valor da tarifa do IPTU para imóveis residenciais com valor abaixo de R\$2 milhões;
- Reestruturar a política de isenção fiscal para promover a indústria de inovação, beneficiar os pequenos e médios comerciantes e produtores, bem como incentivar economias ecologicamente sustentáveis:
- Realizar concurso público para aumentar o efetivo de fiscais de atividades econômicas:

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

☼ Desenvolver um Programa Municipal de Orçamento Participativo, sob coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan), cujo objetivo será realizar consultas públicas através da plataforma digital do Gabinete Virtual e organizar o debate orçamentário do município dentro dos conselhos de moradores (dimensão territorial), dos conselhos municipais de políticas públicas (dimensão setorial) e da Conferência Carioca (fórum geral).

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- ☼ Fortalecer o Conselho de Administração do Instituto de Previdência e Assistência (PREVI-RIO), garantindo a participação ampla dos servidores e da sociedade, para que o mesmo possa deliberar sobre as políticas previdenciárias do município;
 - Garantir a 5^a vaga para conselheiro eleito pelos servidores, tornando-o paritário.
- Instituir um Plano Municipal de Previdência Social, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ☼ Garantir, em diálogo com o conjunto dos servidores, um plano de capitalização do Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (FUNPREVI), que inclua a devolução de valores indevidamente retidos pelo tesouro, como as contribuições patronais;
- Ajustar as contas entre o Instituto de Previdência e Assistência (PREVI-RIO) e o Tesouro Municipal, visando a devolução de valores pagos indevidamente pelo instituto, como a parte patronal do Plano de Saúde do Servidor;
- ☼ Ampliar as medidas de qualidade do gasto e de correção de iniquidades, tais como: auditorias nas pensões e aposentadorias pagas, levantamento de distorções nas compensações previdenciárias, bem como cruzamento de bases de dados para identificação de não incidência de contribuição previdenciária em parcelas remuneratórias pagas aos servidores ativos que eventualmente possam ser carregadas para a aposentadoria, seja por medida judicial ou por desatualização da legislação;
- Melhorar as instalações e realizar investimentos em mobiliário, equipamentos e sistemas para garantir excelência no atendimento ao usuário do Instituto de Previdência e Assistência (PREVI-RIO);
- ☼ Reorganizar a carreira do Instituto de Previdência e Assistência (PREVI-RIO), com o aumento do quadro de vagas, reestruturação do Plano de Cargos e Salários e realização periódica de concursos públicos.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Manter a alíquota da contribuição previdenciária dos servidores em 11%;

APOSENTADORIAS

- ☼ Garantir o pagamento integral, isonômico e em dia dos aposentados e pensionistas;
- ☼ Reestruturar, em diálogo com o conjunto dos servidores, os programas de atendimento à saúde do servidor público;
- Construir um novo Plano Assistencial, por meio do Conselho de Administração do Fundo Único de Previdência Social do Instituto de Previdência e Assistência (PREVI-RIO) e em diálogo direto com os servidores;
- ☼ Viabilizar a abertura permanente dos Programas de Financiamentos do Instituto de Previdência e Assistência (PREVI-RIO).

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Implementar um Programa Municipal de Assistência Social que garanta a integração da Rede de Proteção Social Básica (destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social) com a Rede de Proteção Social Especial (destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos), assegurando infraestrutura adequada para funcionamento dos equipamentos;
- Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias, como Saúde, Cultura, Habitação, Trabalho, Educação, entre outras;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social, dando-lhes estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de assistência social;
- ☼ Valorizar o servidor público da assistência social em suas mais diferentes áreas, com a garantia concurso público estatutário em todas as áreas, evitando a terceirização na execução dos serviços e contratação de profissionais;
- ☼ Iniciar uma campanha de valorização dos diferentes profissionais que atuam na assistência social, em todas as políticas públicas municipais, buscando articulação e diálogo com os respectivos conselhos profissionais e sindicatos das categorias na construção de planos de trabalho e programas de formação condizentes com suas especificidades em uma abordagem multidisciplinar;

COMBATE A POBREZA

Aprimorar as ações intersetoriais da rede de serviços públicos que atende a população beneficiária do Cartão Família Carioca para qualificar o investimento nas políticas voltadas à erradicação da extrema pobreza no município, fortalecendo os programas de garantia de renda mínima;

CONSELHO TUTELAR

- ☼ Garantir o funcionamento de 64 conselhos tutelares distribuídos conforme a população e indicadores sociais de cada área da cidade:
- Convocar eleição para o preenchimento dos cargos de conselheiros tutelares, com ampla publicização do processo eleitoral, como forma de valorização do papel do conselheiro, respeitando o processo unificado nacional;
- ☼ Promover uma política de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, buscando a capacitação permanente de seus quadros, uma melhor distribuição conforme a população e indicadores sociais de cada região administrativa, um reajuste da remuneração, reformas das instalações físicas, aquisição de equipamentos de informática, carro, ampliação do quadro de funcionários para composição das equipes técnicas (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), criação de programas e cursos de capacitação técnica permanente, bem como a organização de encontros regionais para promover a troca de experiências e a articulação em rede;

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

☼ Implementar a Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua e a Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP);

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

- Ampliar os serviços de acolhimento institucional (Casa de Passagem, abrigo, casa-lar), nos parâmetros das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, garantindo a brevidade e excepcionalidade da medida, bem como a formação contínua dos profissionais envolvidos;
- ☼ Pactuar uma política com o Ministério Público, a Vara da Infância e Juventude e os Conselhos Tutelares, que garanta a excepcionalidade na aplicação e a brevidade no cumprimento da medida de acolhimento institucional;
- Investir na ampliação dos programas de família acolhedora e repúblicas para jovens como medida alternativa à institucionalização;
- ☼ Criar imediatamente uma força-tarefa, junto com o Conselho Municipal de Assistência Social, para fiscalizar e analisar a

- execução de convênios e contratos administrativos de abrigos privados que recebam subvenções públicas da prefeitura;
- Integrar os abrigos do município aos equipamentos de saúde, educação, cultura, trabalho, esporte, lazer, habitação e geração de renda da rede municipal, implementando uma política integrada para pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a superação dessas condições;

ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Integrar o trabalho dos profissionais da assistência social às políticas habitacionais da prefeitura, em especial, aos serviços prestados nas favelas pelos Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSO);

ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE

Colaborar com a Secretaria Municipal de Saúde na implementação de uma Política Municipal de Atenção Integral a Pessoas que Usam Álcool e Outras Drogas;

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

- ☼ Implementar um Plano Municipal de Promoção, Garantia e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Assistência social (CMAS) e com o Conselho Regional de Psicologia (CRP);
- ☼ Garantir uma equipe técnica adequada e elaborar projetos políticos pedagógicos para qualificar as medidas socioeducativas em meio aberto, envolvendo os adolescentes, os familiares e as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;
- ☼ Promover a integração do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região onde o familiar de adolescente em cumprimento de medida de internação mora e a unidade socioeducativa onde o jovem cumpre a medida;
- Elaborar um programa municipal para garantir o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo na cidade;

SISTEMA PRISIONAL

- ☼ Elaborar um programa municipal para garantir o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional na cidade;
- Implementar um programa que garanta a gratuidade nos serviços de transporte público para membro da família de preso do sistema prisional em unidade localizada no município do Rio de Janeiro;
- Promover a integração do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região onde o familiar de preso do sistema prisional mora e a unidade de cumprimento de pena do preso, promovendo assistência também aos familiares das pessoas encarceradas e possibilitando a continuidade do atendimento após a saída do cárcere:
- Desenvolver programas de trabalho para a contratação de pessoas presas ou com passagem pelo sistema criminal em todos os segmentos profissionais do poder municipal, desenvolvendo políticas específicas com essa finalidade e aplicando a elas a legislação trabalhista vigente;
- Investir na formação dos trabalhadores da rede de serviços municipais da cidade sobre as particularidades do atendimento a pessoas submetidas à justiça criminal, pautando a importância da atuação em rede e da não discriminação.

EMPREGO E RENDA

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- ☼ Criar o Conselho Municipal de Trabalho (COMUT), dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas na área do trabalho e emprego de acordo com as necessidades de cada categoria e as particularidades de cada região da cidade, visando a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias:
- ☼ Criar um Gabinete Virtual do Trabalho (plataforma virtual com aplicativo para celular), vinculado ao Gabinete Virtual da prefeitura, para compartilhar informações sobre projetos em andamento, notícias sobre deliberações do Conselho Municipal do Trabalho e dados sobre verbas públicas, bem como disponibilizar oportunidades de vagas de trabalho na cidade para atender aos desempregados e àqueles em busca do primeiro emprego;
 - Oferecer informações úteis para os trabalhadores na escolha de empregos;
 - Oferecer aos empregadores informações com relação à disponibilidade de mão de obra;
 - Buscar a adequação entre a oferta de mão de obra e a demanda por postos de trabalho em diferentes níveis de capacitação.
- Desenvolver parcerias público-público para utilizar a malha inteligente disponível no Rio (escolas técnicas, institutos e universidades) e incentivar o desenvolvimento de tecnologias e industrias nacionais, bem como a formação e qualificação dos trabalhadores;
- Promover medidas de desburocratização, aperfeiçoando os processos de abertura, fechamento e alteração contratual de empresas, por meio do preenchimento de um cadastro único online, que dispare automaticamente os trâmites legais de cada órgão da prefeitura, reduzindo assim o tempo médio dos processos;
- ☼ Incentivar o levantamento de dados e desenvolvimento de projetos sobre a cidade, no âmbito do Instituto Pereira Passos, que possam subsidiar a formulação de políticas públicas capazes de enfrentar as dificuldades estruturais e conjunturais relativas a trabalho e emprego, orientando as pesquisas pelas demandas

- apresentadas pelos membros Conselho Municipal de Trabalho e dos conselhos de bairros;
- ☼ Fortalecer os Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda (CPTRs), para que possam realizar melhor a intermediação de mão de obra, aproximando o trabalhador das oportunidades de trabalho;

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

- ☼ Criar o programa Renda Básica Carioca para garantir um auxílio financeiro permanente às 200 mil famílias mais pobres da cidade (as 10% mais pobres), tendo como objetivo consolidar uma política estrutural de transferência de renda voltada para a erradicação da extrema pobreza e a superação das desigualdades urbanas;
 - Estabelecer o teto de meio salário mínimo por família como parâmetro de valor do auxílio financeiro, variando conforme o número de crianças e se há pessoa com deficiência ou idosos no núcleo familiar;
 - Construir um plano para progressiva expansão do benefício para um número maior de famílias, conforme a necessidade e o aumento da arrecadação;

GERAÇÃO DE EMPREGO

- Incentivar a criação de trabalhos dignos e decentes, adequadamente remunerados, onde os trabalhadores têm condições de liberdade, equidade e segurança;
 - Priorizar medidas de incentivo fiscal e garantir infraestrutura para a criação de postos de trabalho formal nas zonas Norte e Oeste do município, aproximando o emprego de quem precisa e desconcentrando as oportunidades da cidade;
 - Implementar programas voltados para a redução progressiva da taxa de acidentes de trabalho na cidade;
- Implementar um programa de crédito popular no qual trabalhadores autônomos e cooperativas terão prioridade, para apoiar o autoempreendimento, dando o suporte necessário às pessoas que queiram empreender na cidade, sobretudo em se tratando de micro e pequenos negócios;
- Investir em obras de saneamento ambiental com o objetivo de qualificar a infraestrutura do município e promover a geração de

- **emprego**, oferecendo assessoria técnico-pedagógica e priorizando vagas de trabalho para os moradores dos locais onde forem realizadas as obras, começando pelas favelas e bairros populares da cidade onde tem maior demanda por serviços de saneamento ambiental;
- Utilizar a capacidade de compra e investimento da prefeitura para criar de postos de trabalho formal na construção civil, através de um programa de produção e recuperação da infraestrutura urbana da cidade;
- Criar uma incubadora pública para fortalecer a cadeia produtiva da economia colaborativa da cidade e transformar o Rio em um pólo de inovação em temas de interesse das políticas públicas municipais, com ênfase na disseminação de dados e produção de modelos técnicos para a ampliação dos mecanismos de participação popular, a diminuição das desigualdades sociais e a preservação socioambiental dos territórios;
- ☼ Criar Incubadoras de Cooperativas Municipais (InCoop) para incentivar o surgimento e a manutenção de cooperativas (de trabalho, de produção, de comercialização, etc) que proporcionem meios de subsistência e renda para trabalhadores desempregados e que sejam capazes de estimular a prática da autogestão e o trabalho coletivo e colaborativo, em detrimento de ações isoladas e individualista;
- ☼ Apoiar o comércio de bairro, priorizando investir na infraestrutura e mobiliário urbano de qualidade (em especial, iluminação e banheiros públicos) em torno dos polos gastronômicos, centros de comércio popular e praças públicas de cada região administrativa, articular a integração ao sistema de transporte público, garantir segurança, e promover a fiscalização e orientação sobre a logística atrelada ao comércio (horários e locais de carga e descarga);
- Oferecer assessoria técnico-pedagógica e acesso ao crédito aos empreendimentos autogestionários nos casos em que os trabalhadores assumem o controle da empresa falimentar ou fechada como alternativa ao desemprego ou perda de renda, e desenvolver programas de apoio a estas experiências em conjunto com sindicatos e movimentos populares;
- Desenvolver um programa de apoio temporário ao trabalhador desempregado, até que consiga um emprego, oferecendo a ele um valor mensal para trabalhos em prol da comunidade;
- Implementar programas de emprego direcionados especificamente para a inclusão de jovens e de idosos no mercado de trabalho;

☼ Redefinir e ampliar os projetos de qualificação e de requalificação profissional hoje oferecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI);

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Agenciar estratégias de economia solidária (tais como o microcrédito, as cooperativas de consumo, os bancos populares e as moedas sociais), visando uma política emancipatória para as famílias de baixa renda, garantindo seu acesso a bens de consumo sem submissão ao mercado financeiro;

COMÉRCIO INFORMAL

- Definir uma estratégia de integração do comércio informal de mercadorias lícitas à estrutura econômica formal da cidade, com as seguintes diretrizes gerais: garantia de direitos, combate a atividades ilícitas, estímulo à formalização, assistência social e educacional;
 - Comércio informal com pontos fixos:
 - Revisar a legislação atual, regulamentando os pontos de venda e os horários de funcionamento:
 - Qualificar a infraestrutura dos pontos de venda da cidade em que os camelôs trabalham, bem como os camelódromos e feiras, oferecendo condições dignas e decentes de trabalho;
 - Informatizar os mecanismos de cadastramento e concessão de licenças para postos de venda, levando em consideração a relação do trabalhador com os locais de venda e a proximidade de sua residência;
 - Promover atividades de qualificação profissional para a gestão de pequenos negócios;
 - Fiscalizar os grandes distribuidores do comércio informal (arrecadação de tributos, relações de trabalho, condições sanitárias dos produtos, etc);
 - Garantir orientação, padronização e fiscalização sanitária para os que trabalham com alimentos.
 - Comércio informal ambulante:

- Democratizar e desburocratizar o processo de cadastramento e credenciamento do comercio ambulante, dando preferência aos profissionais que exercem com habitualidade a atividade professional;
- Organizar o acesso ao transporte público;
- Oferecer e conservar depósitos para armazenamento das mercadorias dos vendedores ambulantes próximos aos locais de venda;
- Melhorar a fiscalização sobre os grandes distribuidores;
- Garantir fiscais responsáveis pelo controle da venda em postos fixos ou itinerante, cuja função será orientar o cadastramento e regularização do trabalho ambulante;
- Promover programas que prestem assistência social e educacional para o trabalhador ambulante;
- Garantir aos vendedores ambulantes a liberdade para a comercialização das mercadorias de sua escolha, extinguindo qualquer regra passível de ser interpretada como obrigatoriedade de venda em caráter de exclusividade de mercadoria ligada a determinada marca durante grandes eventos (como, por exemplo, o carnaval);
- Extinguir a necessidade de cadastro prévio por parte de vendedores ambulantes que já possuam autorização da prefeitura para exercer sua profissão na cidade ao longo do ano, sendo a sua autorização válida para atuação em grandes eventos;

AÇÕES AFIRMATIVAS

- Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho, para afirmar o protagonismo de setores sociais em condições de vulnerabilidade social, levando em consideração sua experiência histórica, suas demandas e necessidades específicas.
 - Incentivar e oferecer condições para a organização produtiva de mulheres em condições de vulnerabilidade social em suas localidades, notadamente moradoras de favelas e bairros pobres;

 Oferecer, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, cursos voltados para a formação profissional de transexuais e travestis, visando ampliar as alternativas de inserção no mundo do trabalho.

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

☼ Criar um Programa Municipal de Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão;

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Implementar um novo modelo municipal de segurança pública e defesa social, com o foco na proteção da vida, na promoção da cidadania, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;
 - Reformular os planos de ação para aprimorar a integração entre os órgãos municipais e ampliar a cooperação com os municípios vizinhos, a Câmara Metropolitana, o Governo do Estado e a União:
 - Reordenar as prioridades estratégicas, privilegiando ações de prevenção à violência, dando especial atenção àquelas relacionadas à juventude negra, às mulheres e à população LGBTI;
- Liderar um pacto municipal de redução da violência urbana e doméstica, em especial, estupros e homicídios, e construir uma rede municipal de apoio, acolhimento, proteção e denúncia para as vítimas e seus familiares;
 - Estabelecer um programa de metas de redução dos índices de violência relacionados a conflitos urbanos e domésticos, garantindo mecanismos de monitoramento e fiscalização permanentes;
 - Investir no aperfeiçoamento da produção de dados sobre conflitos urbanos e domésticos, com a organização, integração e sistematização dos bancos de dados da prefeitura;
 - Promover a produção e publicação de pesquisas sobre violência urbana para a formulação e avaliação das políticas públicas de segurança;
 - Desenvolver um mapa interativo da violência na cidade, com indicadores que permitam analisar a situação de cada bairro:
 - Criar um observatório da violência na cidade, com o objetivo de coletar, produzir e sistematizar dados sobre segurança pública, violência e vitimização, para identificar vulnerabilidades que afetem a segurança pública;

- Criar um sistema permanente de compartilhamento de dados e informações com a Câmara Metropolitana, o Governo do Estado e a União (inclusive com o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN);
 - Integrar o município aos canais de informação e bancos de dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública;
- Estimular o intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos entre as agências de segurança pública e defesa social (municipais, estaduais e federais) que atuam na cidade;
- Investir na formação, capacitação e qualificação dos agentes de segurança pública e defesa social (municipais, estaduais e federais) que atuam na cidade;
- Elaborar uma estratégia de comunicação que envolva a população no estabelecimento de uma cultura de paz e amizade cívica;
- Ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos bairros, através da criação do Conselho Municipal de Segurança Cidadã (CMSC), que terá funções consultivas e deliberativas, de articulação, informação e cooperação entre todas as entidades que possam intervir ou se envolver na prevenção e na melhoria da segurança da população carioca;
- ☼ Instituir um Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, sob a supervisão do Conselho Municipal de Segurança Cidadã, com o objetivo de contemplar a delimitação de prioridades e a tomada de decisões sobre alternativas, além de estabelecer metas de curto, médio e longo prazos, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
 - Assegurar uma perspectiva ampla e integrada para a formulação da política de segurança pública municipal, considerando a articulação entre segurança pública e temas relacionados a outras áreas (como educação, saúde, lazer e cultura) e respeitando as atribuições de cada setor;
 - Reduzir a vulnerabilidade de grupos específicos como crianças, adolescentes, jovens, mulheres, população de rua e usuários de álcool e outras drogas.
- Elaborar um programa, junto com os conselhos de moradores de cada região administrativa, para estimular o uso dos espaços públicos pela população local;

- Realizar reformas nas ruas, calçadas, praças e parques para garantir a ampliação da iluminação pública, a retirada das grades e o aprimoramento da acessibilidade, dando início a esse processo nos bairros e favelas que historicamente tiveram menos acesso a tais serviços públicos;
- Promover a ocupação cultural das praças e parques, dando início a esse processo nos bairros e favelas que historicamente tiveram menos acesso a tais serviços públicos.
- ☼ Elaborar, em conjunto com a Câmara Metropolitana, o Governo do Estado e a União, um pacto federativo pela redução dos índices de violência na região metropolitana do Rio de Janeiro, em especial, estupros e homicídios;
- ☼ Construir uma rede municipal de apoio, acolhimento, proteção e denúncia para vítimas de violência e seus familiares;
- ☼ Instituir uma rede acadêmica de ensino, pesquisa e altos estudos em segurança pública, voltada para a compreensão do fenômeno da violência, a troca de experiências entre agentes de segurança, a difusão da cidadania e a promoção de uma cultura de paz;

GUARDA MUNICIPAL

- ☼ Promover a desmilitarização e a reestruturação da Guarda Municipal como órgão público (com servidores estatutários) voltado para a gestão inteligente do espaço público, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan);
- Organizar um controle externo efetivo da Guarda Municipal, com ouvidorias independentes e corregedorias independentes;
- Garantir um programa de assistência social e acompanhamento psicológico para os servidores da Guarda Municipal;
- ☼ Promover a reestruturação do ensino da Guarda Municipal, com apoio das universidades e institutos de pesquisa localizados na cidade, garantindo uma educação qualificada, continuada e integrada, fundamentada na promoção da dignidade humana, na garantia de direitos e na defesa das liberdades públicas;
- Revisar as técnicas de treinamento da Guarda Municipal, dando ênfase em práticas e estratégias de justiça restaurativa e mediação de conflitos:
- ☼ Revisar os protocolos operacionais da Guarda Municipal, priorizando técnicas de mediação com enfoque restaurativo, com o

- objetivo de promover a dignidade humana, a garantia de direitos e a defesa das liberdades públicas;
- ☼ Valorizar os servidores da Guarda Municipal, garantindo um plano de cargos e salário digno, melhores condições de trabalho e o fim da diferenciação salarial dos servidores segundo grupos para operações e unidades especiais;
- Orientar a Guarda Municipal para promover ações de mediação de conflitos e resolução pacífica de problemas, incluindo o encaminhamento das demandas da população para os diversos serviços públicos responsáveis pela satisfação dessas demandas;
- Priorizar o emprego da Guarda Municipal em áreas de maior incidência de conflitos urbanos e depredação do patrimônio histórico, cultural e ambiental;
- ☼ Regulamentar (mediante um ato normativo) o uso da força por agentes da Guarda Municipal, proibindo o uso de técnicas, equipamentos, armas e munições que provoquem risco injustificado (especialmente quando se trata do uso de armamento menos letal, como balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta);
- ☼ Retirar das ruas os Guardas Municipais envolvidos em casos de violência e corrupção, dando tarefas administrativas para os agentes envolvidos em casos de menor gravidade e expulsando das corporações aqueles envolvidos em casos de maior gravidade (seja de violência ou corrupção);
- Promover a cooperação entre a Guarda Municipal e as demais agências de segurança pública localizadas na cidade, de modo a racionalizar o emprego dos recursos materiais e humanos no esforço de contribuir para a garantia de direitos e a defesa da vida;

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E CULTURA DE PAZ

- Garantir a transversalidade da perspectiva racial e de gênero nas medidas de prevenção da violência urbana;
- ☼ Financiar cursos de formação complementar de servidores de órgãos de segurança (policiais civis, militares e agentes penitenciários) que atuam na cidade, fundamentados na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;
- ☼ Criar, em conjunto com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil/RJ, o Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Regional de Serviço Social, centros de mediação de conflitos

voltados para a elaboração de métodos coletivos de soluções não penais para a resolução de conflitos urbanos em todas as regiões administrativas da cidade, notadamente naquelas que registrarem maiores índices de violência;

- Implementar programas de prevenção primária para a juventude e suas famílias em conjunto com as demais secretarias municipais: programas de acesso a saúde, educação, cultura, esporte, qualificação profissional, emprego e renda;
- Investir em programas de prevenção da exploração sexual infanto-juvenil, trabalhando em parceria com a Câmara Metropolitana, o Governo do Estado e a União;
- ☼ Criar, em parceria com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a Ordem dos Advogados do Brasil/RJ, o Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Regional de Serviço Social, programas que ofereçam ao jovem envolvido em atividades ilícitas uma nova alternativa de vida, garantindo cursos profissionalizantes e programas de emprego e renda para os participantes, bem como serviços de assistência social e psicológica para as famílias.

MEIO AMBIENTE

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- ☼ Reestruturar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, dando-lhe capacidade de produção de dados e garantindo sua participação nos processos de planejamento socioambiental das diferentes regiões da cidade:
- Instituir um Plano Municipal de Justiça Socioambiental, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ☼ Refazer o Zoneamento Ecológico-Econômico da cidade, priorizado estratégias de preservação de ecossistemas e modos de vida tradicionais (agroecologia urbana e periurbana, tribos indígenas, quilombos, comunidades de pescadores, etc);

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- ☼ Atualizar a Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas da Cidade do Rio de Janeiro, aprovada em 2016;
 - Revisar os planos de ação;
 - Revisar as prioridades estratégicas.
 - Estabelecer um novo programa de metas;
- ☼ Fortalecer os programas de monitoramento de mudanças climáticas, que deverão ser coordenados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SePlan) em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e articulados à rede de universidades e institutos de pesquisa localizados na cidade;

CORPOS HÍDRICOS

☼ Apoiar a construção de um plano metropolitano de despoluição das Baías de Guanabara, de Sepetiba e das bacias hidrográficas estaduais, em parceira com as prefeituras dos municípios vizinhos e a Câmara Metropolitana, envolvendo universidades, movimentos ambientalistas e as comunidades do entorno nas políticas de preservação e recuperação ambiental da região;

- Implementar os planos de preservação elaborados pelos comitês de bacia hidrográfica dos rios localizados na cidade do Rio de Janeiro, visando o reflorestamento das áreas degradadas, a proteção dos mananciais e cursos d'água, a mitigação de riscos ambientais e o planejamento de situações de emergência;
- ☼ Implementar um programa de recuperação, conservação e uso sustentável dos corpos hídricos da cidade (rios, lagoas, manguezais, praias, baías, etc), através de ações que envolvam a implantação de parques fluviais e lacustres nas áreas das faixas marginais de proteção dos corpos hídricos, e a criação de Unidades de Conservação para restauração, conservação e uso sustentável de todos os manguezais do município;

PARQUES E FLORESTAS

- Garantir a preservação e proteção da Floresta do Camboatá, encerrando qualquer possibilidade de construir um autódromo naquela região;
- Ampliar a rede de Unidades de Conservação do município de forma integrada com a criação de parques urbanos, a restauração ecológica de praças e a arborização urbana da cidade, com o objetivo de implementar uma política de manutenção e recuperação de ecossistemas nativos do município, levando sempre em consideração as funções ecológicas dos diferentes espaços e sua relação com a população local;
 - Revisar a legislação para transformar o Parque Municipal Urbano da Serra da Misericórdia em Parque Natural Municipal da Serra da Misericórdia, com o objetivo de ampliar o quadro de proteções ambientais;
 - Transformar a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) do Jequiá em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), com o objetivo de ampliar o quadro de proteções ambientais na região;
 - Revisar a categorização das áreas protegidas por Unidades de Conservação onde desenvolvam-se atividades agroflorestais sustentáveis;
- ☼ Revisar e implementar o Plano Municipal da Mata Atlântica, com o objetivo de identificar, planejar e especificar os projetos, ações e medidas a serem adotadas visando a conservação e recuperação da Mata Atlântica, de maneira integrada às políticas sociais e ambientais vigentes no município;
- Ampliar o Programa Mutirão de Reflorestamento:

ARBORIZAÇÃO URBANA

- ☼ Revisar e implementar o Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU), elaborado em 2015, com o objetivo de garantir uma política de arborização das calçadas, praças e parques, começando pelas ilhas de calor e regiões mais quentes da cidade;
- Criar um Plano de Arborização Produtiva Urbana combatendo a ideia de que as árvores das vias públicas não podem produzir para alimentar a população.
- Elaborar um Manual Técnico de Poda e Conservação das árvores a ser seguido pelos órgãos responsáveis pela manutenção da arborização urbana;
- Implementar um sistema informatizado e georreferenciado de mapeamento das árvores da cidade;
 - Reunir informações de localização georreferenciada de cada árvore;
 - Reunir informações sobre a espécie da árvore, diâmetro do tronco, endereço mais próximo e histórico de manutenções;
 - Reunir informações sobre benefícios ecológicos potenciais de cada árvore como quantidade de água de chuva interceptada por ano (em volume), quantidade de energia conservada por ano (em kWh), total de poluentes removidos da atmosfera por ano (em massa), carbono sequestrado por ano (em massa), bem como estimativa de benefícios econômicos;
 - Elaborar sistema de acompanhamento de manutenção das árvores que permita orientar as prioridades na manutenção da arborização urbana, bem como registrar as datas das últimas manutenções realizadas em cada indivíduo;

COMBATE À POLUIÇÃO

Combater as indústrias poluidoras e desmatadoras em geral, estabelecendo critérios rígidos de fiscalização e monitoramento dos impactos gerados por grandes empreendimentos poluidores já existentes no município (como a TKCSA), garantindo metas claras de mitigação de impactos e compensação da população local; ☼ Regulamentar e aplicar a lei do descomissionamento, que visa o controle e fiscalização de atividades poluidoras e a descontaminação de áreas em processo de mudança de uso;

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

☼ Reformular os procedimentos de concessão de licenças ambientais buscando promover a participação efetiva das comunidades impactadas e obrigar o poder público a considerar os impactos cumulativos e sinergéticos dos projetos previstos em cada região a partir de avaliações ambientais estratégicas e de um novo zoneamento ecológico-econômico;

PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

☼ Resgatar e refundar programas que integrem as comunidades na preservação e recuperação ambiental (tais como o gari comunitário, os guardiões de rios, os mutirões de reflorestamento e de limpeza, entre outros), valorizando a agricultura agroecológica e a pesca artesanal;

SUSTENTABILIDADE URBANA

- Garantir a redução progressiva do consumo de fontes de energia fósseis e diminuição gradativa da emissão de gases poluentes no município, com foco nos transportes públicos e nos empreendimentos industriais;
- Garantir a progressiva transformação da matriz energética do município, priorizando a adoção de energias renováveis e estimulando o uso da energia solar e da biomassa;
- Implementar o Programa Rio sem Plástico, com o objetivo de eliminar, gradualmente, a produção, consumo e descarte de plástico e isopor na cidade, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo;
 - Banir, de forma gradual, a produção, comercialização e uso de embalagens e produtos descartáveis feitos de plástico e isopor;
 - Criar mecanismos de monitoramento do impacto ecológico da produção, consumo e descarte de plástico (com foco nos microplásticos) e isopor na cidade, em especial, na saúde da pessoas, na saúde dos animais, na cadeia alimentar, nos corpos hídricos, nos lençóis freáticos, no solo e na atmosfera:

- Promover campanhas de conscientização e implementar uma política de rotulagem ecológica de produtos para reduzir o consumo de plástico e isopor na cidade e informar sobre os danos e prejuízos dos impactos ecológicos, em especial, na saúde da pessoas, na saúde dos animais, na cadeia alimentar, nos corpos hídricos, nos lençóis freáticos, no solo e na atmosfera;
- Promover campanhas informativas sobre técnicas de reaproveitamento de objetos antigos (upcycling) para reduzir o descarte de plástico (em especial, o plástico BOPP) e isopor na cidade e poupar o meio ambiente;
- Garantir incentivos municipais para indústrias que utilizem técnicas sustentáveis, contínuas e cíclicas de produção, baseadas em remontagem, reaproveitamento e reciclagem de produtos feitos de plástico e isopor;
- Garantir incentivos municipais para empresas que utilizem técnicas sustentáveis, inclusivas e acessíveis de comercialização, sem o uso de produtos feitos de plástico e isopor;
- Promover a logística reversa na economia da cidade, com o objetivo de integrar consumidores, comerciantes e indústrias em uma cadeia econômica circular, baseada na reciclagem e reutilização de produtos feitos de plástico e isopor;
- Promover pesquisas científicas sobre materiais ecologicamente sustentáveis que podem servir como substitutos ao plástico e ao isopor;
- Garantir incentivos municipais para a produção e comercialização de materiais ecologicamente sustentáveis que podem servir como substitutos ao plástico e ao isopor;
- Implementar uma política de iluminação pública baseada em lâmpadas econômicas (LED), bem como realizar estudos para planejar a viabilidade de iluminação urbana por placa solar (como é no arco metropolitano);
- Implementar um plano de remodelamento dos edifícios públicos da Prefeitura para garantir o uso eficiente de recursos críticos (especialmente água, gás e energia elétrica) e diminuir a produção de resíduos:
- ☼ Implementar um Programa de Reuso e Captação de Água da Chuva em todas as áreas públicas e prédios públicos, utilizando técnicas permaculturais na reforma dos mesmos;

- Implementar telhados verdes e muros vivos cobertos por plantas nos edifícios, muros, passarelas e viadutos públicos da prefeitura;
- ☼ Instituir instrumentos de compensação de impactos socioambientais e de incentivo à adoção de medidas de mitigação dos impactos socioambientais na cidade;
 - Instituir um Programa de Certificação Ambiental das Edificações (IPTU Verde), que preveja, dentre outras medidas, o incentivo fiscal aos edifícios privados que adotem tecnologias de uso eficiente de recursos críticos (especialmente água, gás e energia elétrica), diminuam a produção de resíduos e promovam políticas ecológicas de redução do calor.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Implementar o órgão gestor da política municipal de educação ambiental, em acordo com o Decreto nº 37526/2013;
- ☼ Fortalecer o centro de educação ambiental do Parque Nacional da Tijuca e criar novos centros de educação ambiental nos Parques Municipais;
- Garantir a inserção da educação ambiental na política educacional municipal como tema interdisciplinar, presente nos projetos político-pedagógicos das escolas municipais;

PERMACULTURA

- Instituir um Plano Municipal de Permacultura garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Mapear as áreas subutilizadas e não habitadas na cidade, para a implantação de tecnologias sustentáveis de manejo de território protagonizados pelos moradores destas áreas;
 - Garantir infraestrutura e assessoria para o manejo dos resíduos orgânicos entre os habitantes co-gestores dos territórios permaculturais visando subsidiar a cadeia de produção agroecológica local;
- ☼ Criar um Centro Municipal de Formação em Permacultura, com o objetivo de desenvolver técnicas de construção ecológica, manejo sustentável da água, produção de energia de fontes renováveis, gestão de sistemas agroflorestais, alimentação saudável e compostagem de resíduos orgânicos, formando servidores públicos e

- permacultores comunitários capazes de planejar e executar a gestão dos territórios;
- ☼ Fomentar, assessorar e coordenar a implantação de Sistemas Agroflorestais enquanto estratégia de recuperação de solo, contenção de encostas, revitalização de nascentes, aumento de permeabilidade do solo, produção de alimentos, melhoria de qualidade do ar e garantia de conforto térmico nas localidades;
- Criar uma incubadora de projetos sustentáveis que fomente a geração de renda e fortaleça a inserção das políticas permaculturais nas comunidades;
- Investir na formação de educadores e profissionais da saúde da rede municipal voltados para a implantação de atividades permaculturais nas escolas e unidades de saúde;

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

- ☼ Instituir um Sistema Municipal de Prevenção e Mitigação de Desastres Socioambientais, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
 - Criar o Conselho Municipal de Prevenção e Mitigação de Desastres Socioambientais, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de proteção socioambiental;
 - Instituir um Plano Municipal de Prevenção e Mitigação de Desastres Socioambientais, sob supervisão do Conselho Municipal de Prevenção e Mitigação de Desastres Socioambientais, com o objetivo de apresentar medidas para a prevenção e mitigação dos riscos geológicos, hidrológicos, meteorológicos, climatológicos e biológicos, conforme Classificação Brasileira de Desastres (Cobrade);
 - Criar um Fundo Municipal de Prevenção e Mitigação de Desastres Socioambientais, com dotação orçamentária própria com recursos carimbados para investimentos em prevenção e mitigação de desastres socioambientais;
- ☼ Elaborar uma Cartografia de Riscos Hidrológicos para todas as favelas e áreas informais da cidade, áreas formais de baixa estruturação e alta suscetibilidade a enchentes e inundações, e ao longo de vias próximas a rios e lagoas com média ou alta suscetibilidade a enchentes e inundações;

- Expandir a Cartografia de Riscos Geológicos para todas as favelas e áreas informais da cidade, áreas formais de baixa estruturação e alta suscetibilidade a deslizamentos e ao longo de vias à jusante de encostas com média ou alta suscetibilidade a deslizamentos;
- Expandir a rede de estações de monitoramento meteorológico de modo a alcançar o número preconizado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM);
 - Avaliar os impactos dos pontos cegos do radar meteorológico na capacidade de previsão de curtíssimo prazo com vistas a garantir que todas as áreas da cidade disponham de igual capacidade preditiva para os eventos climáticos extremos;
- ☼ Fortalecer o Centro de Operações e Resiliência (COR), dando-lhe estrutura e capacidade de planejamento, monitoramento e coordenação técnica sobre as políticas públicas de proteção socioambiental da cidade:
 - Garantir recursos para pesquisa e desenvolvimento de alternativas tecnológicas para a prevenção e gestão de crises no âmbito do Centro de Operações e Resiliência (COR);
 - Garantir, ao Centro de Operações e Resiliência (COR), autonomia para convocação de gestores de órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos da durante situações de crise;
- Implementar um Plano Geral de Ação durante Emergências para o município, sob coordenação do Centro de Operações e Resiliência (COR) e da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil (SMDEC), com o objetivo de integrar os protocolos operacionais de toda a prefeitura, contendo: temporalidades de ação e marcos cronológicos; critérios limítrofes para acionamento dos estágios operacionais da cidade; critérios limítrofes para decretação de estado de calamidade; gatilhos operacionais e cronológicos para a adoção de medidas de contenção de crises; lista de prioridades na execução das ações mitigadores de medidas de contenção de crises; protocolos de atendimento e acolhimento aos atingidos; hierarquia de gestão nos diferentes estágios operacionais; calendário de ações conjuntas dos diversos órgãos; bem como, um ciclo de revisões;
- Elaborar um Plano Diretor de Áreas de Risco Hidrológico para a cidade, com horizonte histórico de 50 anos a ser revisado decenalmente:
 - Produzir um diagnóstico detalhado do território da cidade;

- Realizar um levantamento histórico de acidentes e desastres hidrológicos;
- Revisar o histórico da atuação do poder público na contenção de enchentes e inundações;
- Analisar as estatísticas produzidas pela prefeitura até o presente momento (laudos de vistoria, tipos de acidentes etc);
- Revisar o histórico de recursos financeiros destinados para a prevenção de inundações;
- Produzir dados geográficos e hidrológicos em grau de precisão e detalhamento compatível com um planejamento de longo prazo e a criação de banco de dados para subsidiar os projetos da prefeitura;
- Elaborar mapeamento atualizado das áreas de risco hidrológico para todas as favelas da cidade, para as áreas formalizadas de baixa estruturação em áreas de alta suscetibilidade e para as áreas críticas para a dinâmica urbana (vias expressas ou arteriais);
- Apresentar alternativa de projeto básico para todos os pontos de risco identificados e deverá apresentar uma hierarquização dos mesmos;
- Elaborar orçamento preliminar para os projetos básicos apresentados e apresentar metas de investimento para os próximos 10 anos;
- Implantar rede de monitoramento hidrometeorológico nos corpos hídricos associados às áreas de risco que permita alertar antecipadamente para a ocorrência de inundações ou enchentes:
- Realizar estimativa de prejuízos econômicos decorrentes de desastres hidrológicos na cidade;
- Implementar sistemas informatizados de gestão de informações georreferenciadas de laudos de vistorias e acidentes hidrológicos;
- Criar jardins de chuva (sistema de biorretenção para o manejo das águas pluviais urbanas) nas calçadas da cidade, privilegiando pontos críticos de alagamento e áreas menos arborizadas;

- Elaborar um Plano Diretor de Contenção de Encostas e Áreas de Risco Geotécnico para a cidade, com horizonte histórico de 50 anos a ser revisado decenalmente:
 - Produzir um diagnóstico detalhado do território da cidade;
 - Realizar um levantamento histórico de acidentes e desastres geológicos;
 - Revisar o histórico da atuação do poder público na contenção de encostas;
 - Analisar as estatísticas produzidas pela Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio) até o presente momento (laudos de vistoria, tipos de acidentes etc);
 - Revisar o histórico de recursos financeiros destinados para a prevenção de deslizamento;
 - Produzir dados geográficos, geológicos e geotécnicos em grau de precisão e detalhamento compatível com um planejamento de longo prazo e a criação de banco de dados para subsidiar os projetos da Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio);
 - Elaborar mapeamento atualizado das áreas de risco geológico-geotécnico para todas as favelas da cidade, para as áreas formalizadas de baixa estruturação em áreas de alta suscetibilidade e para as áreas críticas para a dinâmica urbana (vias expressas ou arteriais);
 - Apresentar alternativa de projeto básico para todos os pontos de risco identificados e deverá apresentar uma hierarquização dos mesmos;
 - Elaborar orçamento preliminar para os projetos básicos apresentados e apresentar metas de investimento para os próximos 10 anos;
 - Implementar rede de monitoramento de encostas críticas através de instrumentos de medição automatizados, como estações totais robotizadas e detectores de movimentos de massa por emissão acústica;
 - Realizar estimativa de prejuízos econômicos decorrentes de desastres geológicos na cidade;
 - Implementar sistemas informatizados de gestão de informações georreferenciadas de laudos de vistorias,

acidentes geológicos-geotécnicos, e projetos da Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio);

- Elaborar censo e cadastramento dos moradores de áreas de risco geológico e hidrológico, com vistas a traçar o perfil demográfico desses habitantes e facilitar a concessão de auxílios habitacionais ou de assistência social no momento dos desastres;
 - Realizar o pré-cadastramento biométrico voluntário dos moradores de áreas de risco de forma a garantir que os mesmos possam dar entrada no pedido de obtenção de auxílio habitação temporário ou outros benefícios mesmo em caso de perda de documentação em razão dos desastres;
- ☼ Instituir um programa de assistência a vítimas de desastres socioambientais que redundem em ameaça à vida ou ao patrimônio das pessoas.

DEFESA CIVIL

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- ☼ Transformar a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil (SUBPDEC) em Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil (SMDEC), dando-lhe estrutura e capacidade de planejar e executar as políticas públicas de defesa civil;
- ☼ Revisar o Plano de Contingência da Defesa Civil com vistas a incluir, além do planejamento das ações frente aos riscos geológicos (movimentos de massas), planejamento de ações de contingência frente aos riscos hidrológicos (inundações, enxurradas e alagamentos);
- ☼ Desenvolver, em conjunto com a Empresa Municipal de Informática do Rio de Janeiro (Iplan-Rio), sistema de registro em tempo real de ocorrências operacionais na cidade, a partir de dispositivos móveis, que alimente banco de dados e seja capaz de emitir relatórios completos dos impactos de desastres, contendo localização geográfica, tipo da ocorrência, imagem da ocorrência e estimativa de custos dos danos causados:

PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL

- Criar o programa de Agente Comunitário de Defesa Civil, com o objetivo de garantir atenção primária na proteção socioambiental das favelas da cidade;
- ☼ Realizar revisão completa do Sistema de Alerta e Alarme Comunitário para chuvas fortes da cidade;
 - Expandir o sistema (hoje restrito ao entorno do Maciço da Tijuca e da Serra da Misericórdia), a partir da elaboração de cartografias de Risco Geológico pela Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio), para todas as favelas da cidade, incluindo as localizadas no entorno do Maciço da Pedra Branca e do Maciço de Gericinó;
 - Incluir os riscos hidrológicos no sistema, a partir da elaboração de cartografias de Risco Hidrológico, pela Fundação Instituto das Águas (Rio-Águas), para todas as favelas e áreas urbanizadas de baixa estruturação localizadas em áreas suscetíveis a enchentes e inundações;

- Revisar, junto à Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio), os parâmetros dos contratos de manutenção das estações de monitoramento pluviométrico do sistema, com vistas a garantir o mínimo de 99% de operacionalidade;
- Definir Rotas de Fuga prioritárias a serem utilizadas pelos moradores das áreas de alto risco, caracterizando e configurando os caminhos mais seguros até os Pontos de Apoio do Sistema;
- Implementar sinalização e infraestrutura ao longo das Rotas de Fuga definidas, com vistas a reduzir riscos potenciais e garantir caminhos mais seguros até os pontos de apoio;
- Revisar a localização dos Pontos de Apoio do sistema, com vistas a garantir que os mesmos não sejam implantados em regiões de difícil acesso ou sujeitas à riscos hidrológicos como enxurradas no momento de chuvas fortes:
- Elaborar cadastro unificado dos Pontos de Apoio do sistema, a ser revisado anualmente, que contenha pelo menos endereço, coordenadas geográficas, comunidades atendidas, capacidade estimada de abrigamento durante emergências, nome dos responsáveis, telefones de contato dos responsáveis, estado de conservação do ponto de apoio, relatório fotográfico do ponto de apoio, inventário de demandas de conservação e reforma dos pontos de apoio;
- Implementar, junto à Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio), instrumentos de monitoramento em tempo real de deslizamentos através de emissões acústicas com vistas a aprimorar a detecção antecipada de movimentos de massa;
- Implementar, junto à Fundação Instituto das Águas (Rio-Águas), instrumentos de monitoramento do nível dos corpos hídricos com vistas a detecção antecipada de inundações;
- Implementar, junto ao Iplan-Rio, à Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio) e à Fundação Instituto das Águas (Rio-Águas), sistema automatizado e descentralizado de acionamento dos alarmes sonoros com vistas a reduzir o erro humano na operação do sistema:
- Realizar estudos para a implementação de sistema de alerta móvel compulsório (recebimento automático de mensagem independentemente de cadastro prévio) para todos os

dispositivos localizados no raio de abrangência de antenas de telefonia móvel localizadas em áreas de risco;

CULTURA DE PREVENÇÃO

- Implementar Calendário Anual de simulados de mesa para treinar a rede de órgãos envolvidos na gestão de crise,
- Implementar Calendário Anual de simulados presenciais com moradores das áreas de risco geológico e hidrológico para criar um cultura de prevenção a desastres nas regiões mais vulneráveis;
- Priorizar a criação de uma cultura de prevenção através da atuação e capacitação de jovens nas escolas municipais, em especial moradores das áreas de risco.
 - Realizar levantamento, junto à Secretaria Municipal de Educação (SME), das escolas com o maior percentual de estudantes que moram em áreas de risco, de forma a priorizar atividades nestas unidades de ensino;

SANEAMENTO AMBIENTAL

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO

- Convocar uma Conferência Municipal de Saneamento para discutir modelos possíveis de gestão pública e articular a política de saneamento ao planejamento socioambiental de cada região da cidade;
- ☼ Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico Água e Esgoto, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de revisão, e envolvendo as empresas e órgãos que tratam do tema;
 - Elaborar relação de investimentos prioritários, com estudos de alternativa, projetos básicos e estimativas de custos de implantação;
 - Elaborar, em acordo com a CEDAE, contrato de programa que oriente os investimentos e estabeleça metas de eficiência, eficácia e efetividade da prestadora de serviços no âmbito do município;
- ☼ Revisar o Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de revisão;
 - Atualizar as curvas de intensidade, duração e frequências de chuvas para a cidade com vistas a adequação das mesmas a mudança do regime de chuvas;
 - Elaborar mapeamento de áreas suscetíveis à inundações com base em modelos matemáticos e simulações computadorizadas utilizando informações de precipitação;
 - Elaborar manchas de inundação e cartografia dos riscos hidrológicos, quantificando os habitantes em áreas de risco hidrológico e apresentando seu perfil demográfico;
 - Produzir um diagnóstico detalhado dos sistemas de drenagem pluvial do território da cidade;
 - Realizar um levantamento da rede de microdrenagem;
 - Revisar o histórico da atuação do poder público;

- Revisar o histórico de recursos financeiros destinados obras de drenagem;
- Organizar os dados cadastrais (onde estejam disponíveis) e produzir dados cadastrais (onde não existam) da rede de microdrenagem da cidade em grau de precisão e detalhamento compatível com um planejamento de longo prazo e a criação de banco de dados para subsidiar os projetos da prefeitura;
- Elaborar mapeamento atualizado e com maior grau de detalhamento dos pontos críticos da rede de microdrenagem, identificando as razões da insuficiência da rede para cada ponto;
- Apresentar os investimentos prioritários bem como alternativa de projeto básico, orçamento e hierarquização dos mesmos:
- Apresentar metas de investimento em drenagem e manejo de águas pluviais para os próximos 10 anos;
- Implementar sistemas informatizados de gestão de informações georreferenciadas da rede de microdrenagem;

GESTÃO

- ☼ Criar uma Subsecretaria Municipal de Saneamento Ambiental, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com atribuições de produção de dados e participação nos processos de planejamento socioambiental das diferentes regiões da cidade;
- Criar um ente regulador municipal para os serviços de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos) com independência decisória, capacidade técnica e participação social;
- Impedir a privatização dos serviços de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da cidade;
- ☼ Revisar o Termo de Reconhecimento Recíproco celebrado entre o Governo do Estado, a CEDAE e o Município de 2007;
- ☼ Reestabelecer a relação com a CEDAE em novas bases com metas claras de curto, médio e longo prazo;

- ☼ Criar uma Empresa Pública de Saneamento Ambiental, em acordo com o disposto nos artigos 30, 277, 440 e 484 da Lei Orgânica do Município, integrando sua estrutura diretamente à Subsecretaria Municipal de Saneamento Ambiental, incorporando a COMLURB e a Rio Águas, com o objetivo de articular a política de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos) ao planejamento urbanístico de cada região do município, instituindo um plano de carreira para os trabalhadores:
- Auditar os contratos de concessão de água e esgoto na AP-5;
- ☼ Fortalecer o Fundo Municipal de Saneamento, orientando dotação específica para investimento em favelas;
- Estimular a formação de consórcios de saneamento com municípios da região metropolitana para a análise de problemas comuns e compartilhamento de soluções metropolitanas;

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Garantir a progressiva ampliação da rede de abastecimento de água (distribuição e reservação), priorizando as áreas de baixa renda, até atingir a cobertura completa de todas as regiões da cidade;
- Cobrar da prestadora de serviços a reforma dos equipamentos de reservação e distribuição da rede de abastecimento de água, de forma a reduzir as perdas e aumentar a regularidade da distribuição;
- Criar mecanismos de combate ao desperdício e à desigualdade social no acesso à água;
- Implementar uma tarifa social para os serviços de abastecimento de água para população de baixa renda inscrita no CAD Único ou Bolsa Família e para moradores de favelas;
- ☼ Garantir o fornecimento diário de um volume mínimo gratuito de água a todos os usuários residenciais em situação de inadimplência motivada pela incapacidade de pagamento, suficiente para as atividades de higiene necessárias à prevenção dos riscos e à promoção da saúde;

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

Garantir a progressiva ampliação da rede de coleta de esgoto, priorizando as áreas de baixa renda (especialmente a Rocinha, a área de abrangência da Estação de Tratamento de Esgotos Alegria, e a

- Zona Oeste), até atingir a cobertura completa de todas as regiões da cidade em 2040;
- ☼ Garantir a progressiva implementação de estações de tratamento de esgoto, até atingir a cobertura completa de todas as regiões da cidade em 2040, preferencialmente de forma descentralizada, reduzindo custos de implantação e manutenção, permitindo o uso de tecnologias como biossistemas, e viabilizando o reuso da água tratada, assim como do gás produzido, quando for o caso;
- Implementar uma tarifa social para os serviços de esgotamento sanitário para população de baixa renda inscrita no CAD Único ou Bolsa Família e para moradores de favelas;

RESÍDUOS SÓLIDOS

- Implementar projetos de saneamento ambiental que integrem o tratamento de lixo orgânico ao tratamento de esgotos, através da utilização de biodigestores que, além de evitar mais poluição, geram energia para as próprias comunidades;
- Implementar uma política municipal de Lixo Zero baseada em coleta seletiva, reciclagem e compostagem, voltada para a limpeza urbana e a destinação adequada dos resíduos sólidos da cidade;
- ☼ Garantir um plano de carreira digno para os garis, com regime estatutário e o retorno do triênio e do quinquênio;
- ☼ Fortalecer a gestão metropolitana da coleta seletiva e destinação adequada de resíduos sólidos, garantindo a equidade entre os municípios e a compensação financeira ao município de Seropédica pelo serviço ambiental prestado através do aterro sanitário;
- Promover a valorização dos catadores de resíduos sólidos através de ações que visem a transformação dessa atividade em uma oportunidade digna de geração de renda (tais como capacitação técnica, fornecimento de equipamentos, apoio a formação de cooperativas, assistência social e educacional, e mecanismos de compensação e remuneração pelos serviços públicos prestados);
 - Realizar um inventário da situação das organizações de catadores, avaliar como está o grau de formalização (trabalhista, societário e ambiental), a qualidade das infraestruturas de trabalho, bem como a capacidade produtiva das organizações;
 - Contratar cooperativas por meio da lei federal 11.445/06 (PN Saneamento Básico) para a remuneração pelo serviço de coleta seletiva;

- Ampliar roteiros de coleta seletiva para regiões estratégicas da cidade:
- Realizar campanhas de sensibilização da população com acesso ao serviço de coleta seletiva;
- Criar programas específicos de coleta seletiva e limpeza urbana nas favelas, ampliando a abrangência e a capilaridade do serviço nestas áreas, por exemplo, através dos garis comunitários e da integração com o catadores locais;
 - Pesquisar alternativas tecnológicas que possibilitem melhorar o sistema de coleta de resíduos sólidos nas favelas e áreas de ocupação informal da Cidade do Rio de Janeiro;
- ☼ Fomentar a implantação de indústrias de reciclagem e reaproveitamento de resíduos na cidade, integrando-as às cooperativas de catadores e à Empresa Pública de Saneamento Ambiental, mediante incentivos fiscais, parcerias e convênios;

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- ☼ Criar uma Subsecretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SMAP), integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para garantir políticas que viabilizem a organização de um quadro técnico e propiciem estrutura suficiente para atender às demandas dos agricultores familiares e dos pescadores artesanais, com atribuições de produção de dados e participação nos processos de planejamento socioambiental das diferentes regiões da cidade, em especial, no que se refere às políticas públicas de promoção, defesa e garantia da segurança alimentar e nutricional do município;
- ☼ Fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das áreas agrícolas e rurais da cidade;
- ☼ Fortalecer o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das áreas agrícolas e rurais da cidade;
- Efetivar uma Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Criar um Programa Municipal de Redução do Uso de Agrotóxicos, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ☼ Fortalecer o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-Rio), dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de promoção, defesa e garantia da segurança alimentar e nutricional;
- ☼ Instituir um Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, sob a supervisão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Criar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Cidade do Rio de Janeiro para destinar alimentos adquiridos pelo município a

- populações vulneráveis ao risco de fome e insegurança alimentar e nutricional;
- Fortalecer a equipe de nutricionistas em escolas e hospitais para fiscalizar a qualidade dos alimentos e a condição dos trabalhadoras responsável pela alimentação;
- ☼ Elaborar editais do Fundo Municipal de Amparo à Pesquisa (FMAP) de apoio à pesquisa em agricultura familiar, pesca artesanal e agroecologia;
- ☼ Revisar o Plano Diretor do Rio de Janeiro para incluir as áreas agrícolas e rurais da cidade e isentá-las do pagamento de IPTU;
- ☼ Reduzir as taxas de abastecimento de água para iniciativas de agricultura urbana e periurbana;
- Reduzir as tarifas de energia elétrica para agroindústrias artesanais e comunitárias, bem como para entrepostos de comercialização de pescado localizados na cidade;
- Garantir mercados institucionais para os alimentos adequados e saudáveis produzidos na cidade;
 - Articular junto a outros municípios e o governo estadual mercados institucionais para escoamento da produção local de alimentos adequados e saudáveis;
 - Organizar, gerenciar e publicizar cadastro de produtores locais de alimentos adequados e saudáveis para empresas e instituições privadas do município e da região metropolitana;
 - Criar incentivos fiscais para as empresas e instituições privadas adquirirem produtos da agricultura familiar local;
 - Ofertar apoio técnico aos produtores para acesso aos mercados institucionais;
 - Iniciar um planejamento para que em 2030 toda a comida servida nos postos de saúde, hospitais, abrigos e escolas da rede municipal seja produzida a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos), preferencialmente no município, na região metropolitana ou no restante do estado do Rio de Janeiro;
 - Estabelecer convênios com municípios do estado, em especial das regiões metropolitana (ex: Magé, Maricá, Itaboraí, Nova Iguaçu, etc) e serrana (ex: Petrópolis);

- Fortalecer a produção de agricultura urbana da cidade (ex: Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, etc);
- Ampliar e promover canais de conexão entre os produtores locais, os consumidores e as estratégias de abastecimento de alimentos in natura ou minimamente processados em territórios socialmente vulneráveis:
 - Realizar campanhas para divulgar e valorizar a agricultura familiar e a produção agroecológica local junto à população;
 - Promover e apoiar a comercialização de alimentos in natura ou minimamente processados por pequenos comerciantes em territórios socialmente vulneráveis (desertos alimentares);
 - Criar circuito de feiras e outras estratégias de comercialização direta dos produtores locais para os consumidores que atendam a todas as regiões do município;
 - Promover a comercialização de produtos locais adequados e saudáveis nos parques públicos e durante eventos esportivos ou culturais realizados em vias públicas;
 - Apoiar a organização de Coletivos de Consumo locais;
 - Criar incentivos para que os trabalhadores dos serviços públicos municipais comprem alimentos da agricultura familiar (como promoção de feiras nas sedes dos órgãos públicos e entrega de tickets-feira para servidores públicos);
- Proteger ambientes institucionais e ambientes públicos da publicidade e oferta ostensiva de alimentos não saudáveis;
 - Proibir a publicidade, oferta e comercialização de alimentos ultraprocessados nos órgãos e instituições públicas municipais visando a proteção da saúde dos seus trabalhadores;
 - Restringir a publicidade de alimentos não saudáveis em locais públicos e no transporte público (como outdoors, pontos de ônibus, etc);
 - Restringir o patrocínio por empresas de alimentos ultraprocessados de eventos promovidos ou apoiados pelo poder público;

- Estabelecer altura mínima das prateleiras de exposição de alimentos ultraprocessados em supermercados para proteger as crianças da oferta ostensiva desses produtos nos pontos de venda;
- Desenvolver programa de incentivo e apoio aos comerciantes locais para produção e venda de alimentos adequados e saudáveis em ambientes institucionais, nos parques públicos e em eventos esportivos ou culturais realizados nas vias públicas;
- Instituir regulação sobre o recebimento e destinação de doações de alimentos pelas instituições públicas municipais, que garanta alimentação adequada e saudável, proteja a saúde e a dignidade dos receptores das doações;

AGROECOLOGIA

- ☼ Implementar um programa de transição para uma economia urbana agroecológica (manejo em base ecológica, compras governamentais, acesso a mercados locais, organização comunitária, valorização dos saberes locais com promoção de intercâmbio, etc.), garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Definir zonas livres de agrotóxicos, com a diminuição gradual até a extinção do uso de agrotóxicos no território municipal;
- Mapear a produção agrícola do município e as fontes externas de abastecimento, com o objetivo de articular uma rede municipal de agricultura familiar baseada na agroecologia e na permacultura, incentivando pesquisas sobre produtos e técnicas utilizadas na produção dos alimentos e seus impactos sobre a saúde da população;
 - Promover e defender o patrimônio cultural alimentar local, com valorização das técnicas e dos conhecimentos populares;
- Promover programas de capacitação para o cultivo agroecológico de alimentos com o objetivo de formar agentes que atuem em suas comunidades:
- Promover políticas de incentivo à agricultura familiar baseada na agroecologia;
- Oferecer assessoria aos agricultores familiares do município para a incorporação das tecnologias permaculturais no processo de cultivo, armazenamento e distribuição, incentivando as atividades de empreendedorismo alternativo das comunidades, como a produção

- de composto orgânico através dos resíduos urbanos e a produção de mudas florestais e agrícolas;
- Promover políticas de incentivo às feiras, aos mercados e aos restaurantes populares agroecológicos;
- Promover políticas de incentivo aos estabelecimentos que comercializam alimentos orgânicos;
- ☼ Incentivar a organização e manutenção de hortas comunitárias (verticais e planas), baseadas em tecnologias agroecológicas, nos espaços urbanos e periurbanos ociosos do município, inclusive com a cessão de terrenos públicos;
 - Garantir que os alimentos cultivados nas hortas vão para as famílias que participam do projeto e o excedente seja comercializado com a população local, combatendo a fome de pessoas em risco social, dando oportunidade de agregação de renda às famílias e desenvolvendo hábitos alimentares saudáveis;
- Proteger e apoiar o assentamento de famílias acampadas em território municipal, disponibilizando serviços públicos para condições adequadas de vida e produção;
- Implementar um sistema de fiscalização e monitoramento da qualidade dos alimentos oferecidos nas grandes feiras convencionais e nas redes de supermercado do município, de forma a combater a presença produtos químicos em níveis acima dos parâmetros permitidos por lei;
- Organizar uma rede pública de feiras, mercados e restaurantes populares agroecológicos em cada uma das 33 regiões administrativas da cidade (começando pelos bairros da zona norte, oeste e centro);
- ☼ Criar um Programa Municipal de Pontos de Cultura em Agroecologia e Economia Solidária, com prioridade para projetos que envolvam escolas públicas e atuem no resgate das manifestações artísticas e culturas alimentares tradicionais do município;

PRIMEIRA INFÂNCIA

- ☼ Promover, proteger e apoiar a amamentação e a alimentação complementar saudável;
- ☼ Fortalecer a implementação da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1a

Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL) e sua regulamentação (Lei 11.265/2006 e Decreto nº 9.579/2018):

- Fortalecer as ações de fiscalização da NBCAL pela vigilância sanitária municipal;
- Criar canal de denúncias exclusivo para violações à NBCAL;
- Estabelecer uma estratégia de articulação entre o serviço de vigilância sanitária municipal e o PROCON municipal para qualificar o monitoramento do Decreto nº 9.579/2018;
- Apoiar e proteger a família trabalhadora e a estudante que amamenta;
 - Incentivar a adesão ao programa "empresa cidadã" pelo setor privado (por exemplo, estabelecendo a adoção desse modelo como um dos critérios para a contratação de empresas terceirizadas, conforme a Lei nº 11.770/2008 e o Decreto nº 7.052/2009);
 - Assegurar, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o cumprimento da Lei n.º 6.202/75, e sua regulamentação pelo Decreto n.º 1.044/1969, que trata do regime excepcional de aprendizado, com garantia de 120 dias de afastamento da estudante em aleitamento materno exclusivo, por meio de: acompanhamento pedagógico, com cronograma e plano de trabalho, para o período de afastamento; utilização de instrumentos e estratégias pedagógicas, disponibilizadas pela instituição de ensino e análogas às utilizadas na educação a distância, para a realização de tarefas e esclarecimento de dúvidas; e comunicação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança a ocorrência de casos de criança e/ou adolescente devidamente matriculada na educação básica e em regime excepcional de aprendizado por gravidez/lactação (licença maternidade);
- Implementar e fortalecer redes e estruturas de promoção e apoio à amamentação e a alimentação saudável nos primeiros anos de vida:
 - Ampliar a rede de postos de coleta e de Bancos de Leite Humano da cidade;
 - Fortalecer e ampliar a Iniciativa Hospital Amigo da Criança na rede pública municipal de atenção à saúde, além de incentivar a implementação dessa iniciativa nos hospitais estaduais, federais e privados da cidade (Portaria Nº 1.153/2014);

- Implantar salas de apoio à amamentação nas repartições públicas municipais;
- Encorajar a implementação de salas de apoio à amamentação nas repartições públicas estaduais e federais localizadas na cidade;
- Encorajar a implementação de salas de apoio à amamentação em locais de trabalho da iniciativa privada;
- Qualificar a rede básica de saúde para a promoção da amamentação e da alimentação saudável nos primeiros anos de vida junto às famílias e comunidades, com base nas diretrizes do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos e em políticas e programas como a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil;
- Qualificar a rede pública de educação infantil para que as unidades sejam facilitadoras da amamentação e promovam a alimentação saudável, com base nas diretrizes do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos;
- Promover os benefícios da amamentação e apoiar as mães a manter essa prática, estimulando sua acolhida na creche para amamentar e o recebimento do leite materno para ser oferecido à criança na unidade educacional;
- Garantir a oferta variada de alimentos in natura e minimamente processados e a não oferta de alimentos ultraprocessados nas creches e centros de educação infantil:
- Promover atividades cotidianas de educação alimentar e nutricional que mobilizem a comunidade escolar para valorização da amamentação e da alimentação adequada e saudável;

ESCOLAS MUNICIPAIS

- Efetivar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da rede municipal, com o compromisso de aquisição de no mínimo 50% de alimentos diretamente da agricultura familiar, com prioridade para a compra de alimentos agroecológicos, garantindo dotação orçamentária própria suficiente para complementar os recursos recebidos da União;
- Proteger as escolas dos apelos da publicidade de alimentos não saudáveis e da oferta ostensiva desses produtos para crianças;

- Proibir a promoção comercial e publicidade infantil no ambiente escolar, com destaque para atividades de educação alimentar e nutricional, livros didáticos e eventos patrocinados;
- Restringir a oferta e comercialização de alimentos ultraprocessados no ambiente escolar, com destaque para cantinas escolares e a venda de alimentos no entorno da escola;
- Estabelecer diretrizes para as secretarias municipais de Saúde e Educação para ofertar atividades de educação alimentar e nutricional, destacando, porém, a proibição de parcerias com indústrias de alimentos e empresas que tenham conflito de interesse com o tema (ou seja, que produzam e comercializem alimentos ultraprocessados ou estejam em desacordo com os princípios e diretrizes consubstanciadas no Guia Alimentar da População Brasileira);
- Desenvolver programa de incentivo e apoio aos comerciantes locais para produção e venda de alimentos adequados e saudáveis nas cantinas e no entorno das escolas;
- Instituir regulação sobre o recebimento de doações de alimentos pelas escolas públicas municipais, seja para consumo nas escolas ou para distribuição às famílias dos estudantes, que garanta alimentação adequada e saudável, proteja a saúde e a dignidade dos receptores das doações;
- Implementar o Programa Comida na Escola, garantindo café de manhã e jantar de qualidade a todos os alunos matriculados em escolas municipais e seus responsáveis cadastrados;

URBANISMO

Prioridades e compromissos:

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

☼ Restabelecer a função social da propriedade como a diretriz fundamental do sistema de planejamento socioambiental do município, cumprindo o disposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da cidade do Rio de Janeiro (Lei Complementar 111/2011), com o objetivo de promover o direito a cidade e reduzir as desigualdades socioambientais do município;

PLANEJAMENTO URBANO

- Produzir novos circuitos urbanos que articulem trabalho, moradia e mobilidade para reverter tanto a concentração territorial dos postos de trabalho quanto a dispersão dos locais de moradia em espaços urbanamente precários e afastados das áreas com infraestrutura urbana consolidada;
- Incorporar a dimensão ambiental nas leituras técnicas e comunitárias voltadas para a aplicação do Plano Diretor e dos Projetos de Estruturação Urbana (PEU);
- ☼ Revogar a Lei do "vale tudo urbanístico", também conhecida como Lei dos "puxadinhos";
- ☼ Garantir que o processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável se constitua em um esforço de reorganização do planejamento urbano da cidade, com vistas a sanar as deficiências de planejamento da cidade;
 - Mapear Vazios Urbanos e terrenos subaproveitados, em especial os localizados dentro de um raio de 10km do Centro da Cidade:
 - Atualizar o zoneamento defasado da cidade com vistas a compactação e simplificação dos instrumentos legais existentes;
 - Revisar o Código de Obras da cidade com vistas a garantir a inclusão de medidas que reduzam os impactos ambientais da construção civil e da incorporação imobiliária na cidade;
 - Revisar a Lei de Uso e Ocupação do Solo, com vistas a sua simplificação e à incorporação de novos tipos de uso do solo;

- Regulamentar os instrumentos de Parcelamento, Edificação e Utilização compulsória de imóveis na cidade em conjunto com o estabelecimento de marcos temporais;
- Regulamentar o instrumento da Cota de Solidariedade para Habitação de Interesse Social;
- Reorientar as políticas de Parcelamento do Solo com vistas a extinguir tipologias de parcelamento de grande porte (condomínios fechados);
- Incluir as áreas agrícolas e rurais da cidade e isentá-las do pagamento de IPTU.
- Realizar Planos Urbanísticos para os diferentes territórios da cidade, especialmente as áreas peri-urbanas e em processo de consolidação e/ou expansão, com vistas a evitar a criação de novos passivos ambientais;
- ☼ Regulamentar a Outorga Onerosa do Direito de Construir com o objetivo de revisar os Coeficientes de Aproveitamento da cidade;
- ☼ Planejar, de acordo com o disposto no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) e no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável do municipio (Lei Complementar 111/2011), a aplicação de instrumentos urbanísticos que combatam a gentrificação (aumento do custo de vida de um território que dificulta a permanência dos moradores de baixa renda) e promovam a justiça socioambiental tais como: contribuição de melhoria, regulamentação da taxa de uso de área pública, entre outros;
- Aplicar instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para desestimular a presença de imóveis privados subutilizados, vazios ou abandonados:
- Regulamentar e aplicar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), dispositivo elencado no Estatuto da Cidade, convertendo-o em instrumento obrigatório, com o objetivo de envolver os moradores dos bairros nos processos de decisão sobre edificação e mesmo obra de infraestrutura no espaço urbano que envolva mudanças paisagísticas e ou de fluxos, a ponto de interferir de algum modo no entorno;
- ☼ Regulamentar os Pólos Geradores de Tráfego (construções urbanas que atraem grande quantidade de deslocamentos de pessoas ou cargas, como escolas, conjuntos de escritórios, shopping centers) no município do Rio de Janeiro;

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Desenvolver uma política de regularização fundiária e fiscalização ambiental de propriedades rurais, industriais e florestais nas franjas da malha urbana e em áreas em processo de urbanização, focando no reconhecimento da posse mansa e pacífica, na manutenção das redes de solidariedade das comunidades, e integrando essa política às de mobilidade, educação, cultura, lazer, saneamento, saúde, assistência social, segurança pública, geração de emprego e distribuição de renda;

PAISAGEM URBANA

- Instituir um Plano Municipal de Paisagem Urbana garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
 - Implementar um política de ordenação da paisagem urbana para combater a poluição visual, preservar a memória cultural dos bairros e facilitar a visualização das características das ruas e fachadas da cidade;
 - Implementar um plano de recuperação dos monumentos e prédios históricos da cidade, começando pelos bairros do subúrbio:
 - Estabelecer critérios objetivos para a reforma e a pintura das fachadas dos prédios (públicos ou privadas) da cidade, mesmo os não classificados como históricos ou notáveis, buscando preservar a identidade cultural dos bairros;
 - Regulamentar, em todas as regiões do município, propagandas comerciais nos espaços públicos da cidade, em especial, a colocação de peças de propaganda (como placas, painéis, cartazes, cavaletes, faixas, banners, infláveis, balões, totens, outdoors, back-lights, front-lights, painéis eletrônicos e painéis televisivos de alta definição) em ônibus, vans, táxis, carros, motos, bicicletas públicas, bancas de jornal, abrigos de ônibus, relógios públicos, ruas, parques, praças, postes, cabines de segurança e informação, lixeiras, torres, viadutos, túneis, faixas acopladas à sinalização de trânsito, laterais de prédios sem janelas e topos de edifícios, sejam eles públicos ou privados;
 - Implementar critérios objetivos para que letreiros e placas de estabelecimentos comerciais (como lojas, bares, restaurantes, bancos e shoppings) tenham seus tamanhos reduzidos de acordo com a largura da fachada do imóvel, buscando preservar a identidade cultural dos bairros;

 Regulamentar a distribuição de folhetos publicitários de propaganda comercial nas vias públicas da cidade.

HABITAÇÃO

Prioridades e compromissos:

RESPOSTA ÀS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA

- Negociar com as concessionárias para garantir, até julho de 2021, a isenção de tarifas de água, esgoto, energia e gás para famílias com renda familiar até dois salários mínimos;
- ☼ Propor lei que evite despejo de quem está com dívidas condominiais no ano de 2021;

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Desmembrar a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação em duas secretarias: Secretaria de Infraestrutura e Conservação e Secretaria Municipal de Habitação;
- Criar o Conselho Municipal de Habitação, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de moradia;
- Planejar uma política habitacional voltada para a integração regional, o desenvolvimento comunitário, a justiça socioambiental e a redução do preço do solo urbano;
- Extinguir a atual política de remoções, construindo um modelo de política habitacional que respeite os preceitos da Lei Orgânica Municipal e os princípios constitucionais no que tange ao direito à integridade e inviolabilidade do domicílio;
- Criar, em parceria com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil/RJ, o Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Regional de Serviço Social, uma Mesa de Negociação de Conflitos Fundiários, primando por soluções negociadas em detrimento de despejos ou remoções forçadas;

AUXÍLIO HABITACIONAL TEMPORÁRIO

☼ Regulamentar o Auxílio Habitacional Temporário enquanto benefício emergencial e provisório exclusivo para situações de calamidade pública;

- Aprimorar o processo de concessão do Auxílio Habitacional Temporário, com vistas a simplificação do processo e aceleração da concessão do benefício;
- Elaborar estudo sobre os preços de aluguéis de imóveis populares para subsidiar uma revisão do valor do Auxílio Habitacional Temporário (AHT);
- Atualizar os critérios de Renda Máxima Familiar do Auxílio Habitacional Temporário, desvinculando-os das faixas de renda do programa Minha Casa Minha Vida;
- Corrigir o valor do Auxílio Habitacional Temporário (AHT) de modo a repor as perdas inflacionárias e garantir um patamar mínimo que permita a locação de imóvel digno na Cidade do Rio de Janeiro:
 - Estabelecer seu reajuste anual de acordo com o IGP-M ou outros índices aplicáveis ao mercado imobiliário;

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- ☼ Elaborar um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social segundo os critérios estabelecidos pela Lei Complementar n° 201 de 29 de maio de 2019;
 - Investir na requalificação das habitações de interesse social já existentes, com ênfase na integração urbana à rede de serviços públicos da cidade;
 - Delimitar novas zonas de especial interesse social para assentamentos habitacionais de população de baixa renda em áreas da cidade com infraestrutura urbana consolidada;
 - Implementar novos programas de habitação de interesse social para garantir acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos, por meio da aquisição de imóveis para fins habitacionais e da realização de obras e serviços voltados à modificação de uso e ocupação de imóveis que resultem em lotes urbanizados ou unidades habitacionais;
- ☼ Fortalecer o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a quem compete estabelecer diretrizes e critérios na priorização de ações, alocação de recursos do FMHIS e atendimento aos beneficiados pelos programas habitacionais;
 - Elevar para ½ os representantes dos movimentos populares ligados à questão habitacional no municipio;

HABITAÇÃO POPULAR

- Criar o programa Habita Rio, que será constituído de três pilares: um programa de moradia popular no centro da cidade; um programa de urbanização das favelas; e uma imobiliária pública voltada para a construção de moradias de qualidade a preço acessível;
 - Criar a Imobiliária Carioca para a prefeitura adotar um papel ativo na dinâmica de produção imobiliária da cidade, produzindo oferta imobiliária a preços acessíveis para as camadas médias da população e utilizando o valor excedente para financiar solidariamente a oferta aos setores mais pobres;
 - Garantir casas para 100 mil famílias cariocas;
 - **Gerar 142.800 empregos**, sendo 57.300 empregos diretos e 85.500 empregos indiretos;
 - Criar o programa habitacional Porto Moradia, com o objetivo de transformar a zona portuária (região que concentra o maior estoque de imóveis públicos com potencial de renovação do município, mas hoje se encontra abandonada e cheia de elefantes brancos) em uma área residencial com vida urbana pulsante;
 - Reconverter, em parceria com a União e o Governo do Estado, os imóveis públicos subutilizados e vazios para fins de moradia por meio de programas de locação social, onde o valor do aluguel é subsidiado pela prefeitura — ficando vinculado à renda familiar e não ao valor de mercado do imóvel — e a família que reside tem o direito à moradia garantido pela poder público, o que protege o locatário dos processos de gentrificação promovidos pelo mercado imobiliário;
- ☼ Criar o programa de urbanização Favela é Cidade, cujo objetivo será investir em obras de saneamento ambiental nas favelas, para garantir água limpa e esgoto tratado nas comunidades, oferecendo vagas de trabalho para os moradores dos locais onde forem realizadas as obras, começando pelas favelas com maior demanda por serviços de saneamento ambiental;
- ☼ Criar um banco municipal de terras e imóveis para estabelecer mecanismos de controle da valorização do solo urbano e facilitar o acesso à moradia através da disponibilização de terras e imóveis (de domínio da prefeitura, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas) para arrendamento, venda ou para outros tipos de concessão, através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta;

- ☼ Criar um programa de construção de moradias populares através de multirões e autogestão, em conjunto com as famílias das comunidades locais e entidades da sociedade civil organizada (a exemplo do programa "Cada família, um lote", do governo Brizola e do "Programa de Construção por Mutirão e Autogestão", da gestão Erundina – esse modelo pode possibilitar a construção de moradias de qualidade a um custo 40 a 50% inferior ao de processos convencionais);
- ☼ Fortalecer programas de produção de moradias que não dependam de mecanismos de mercado (tais como os programas de arrendamento residencial, no qual o pretendente paga taxas mensais de arrendamento, como se fosse um aluguel, e no fim do contrato de 15 anos, tem a opção de compra do imóvel);
- ☼ Redirecionar os programas de habitação popular, dando incentivos fiscais para as construtoras, para áreas com infraestrutura urbana consolidada, bem como garantir maior provisão de serviços públicos aos projetos já concluídos e entregues em áreas desprovidas de infraestrutura, priorizando as pessoas que estejam inseridas no déficit habitacional;

INDICADORES DE HABITABILIDADE

Construir indicadores que sirvam de parâmetro para a avaliação das condições de habitabilidade das diferentes regiões da cidade e orientem a atuação das equipes de campo na construção de projetos físicos em cada localidade;

ORIENTAÇÃO URBANÍSTICA E SOCIAL

- Recuperar os Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSO) como espaços de fiscalização, orientação técnica e desenvolvimento social para as favelas;
 - Ampliar o número de Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSO) de modo a garantir que todas as favelas que possuam áreas de risco geológico ou hidrológico sejam atendidas pelo programa;
 - Garantir que todos os Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSO) contem com profissionais de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia em número suficiente para atender as demandas das comunidades em que estão instalados;
 - Garantir que o trabalho dos Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSO) esteja articulado com as ações dos demais órgãos da administração municipal,

especialmente as secretarias de Planejamento e Gestão, Assistência Social, Direitos Humanos, Saúde e Defesa Civil;

☼ Implementar políticas de Assistência Técnica para Habitações de Interesse Social (ATHIS) nos termos da Lei Municipal n° 6.614/2019, de autoria da Vereadora Marielle Franco (PSOL), para a requalificação urbana das favelas, loteamentos, assentamentos rurais, comunidades tradicionais e ocupações consolidadas da cidade.

MOBILIDADE

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Implementar uma política de mobilidade sustentável pautada na estruturação de uma rede integrada de acessibilidade e mobilidade para a cidade, priorizando os deslocamentos a pé, os modos não motorizados e o transporte público;
 - Articular os diferentes meios de mobilidade urbana da cidade (pedestres, bicicletas, ônibus, barcas, metrô, trem) para que funcionem em rede de forma combinada;
 - Reduzir a importância do automóvel individual no espaço urbano;
 - Ampliar os investimentos em transporte público e mobilidade ativa;
 - Promover alterações físicas na cidade que privilegiam transporte público, ciclistas e pedestres;
- ☼ Reestruturar a Secretaria Municipal de Transportes em uma Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, incorporando o programa cicloviário da cidade e estruturando um setor específico para deslocamentos à pé;
- ☼ Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal de Transporte, transformando-o em Conselho Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável, com autonomia e composição plural, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de mobilidade urbana;
- ☼ Criar um Fundo Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável, a partir de fontes de arrecadações como multas de trânsito, repasses federais e estaduais e instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor Municipal e no Estatuto das Cidades, que deverá ser gerenciado pelo Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e priorizar investimentos para melhorar a qualidade do transporte público, do transporte não motorizado e da mobilidade dos pedestres;
- Instituir um Plano Municipal de Mobilidade Sustentável, sob a supervisão do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, com o objetivo de promover a integração regional, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

- Combater o assédio no sistema de mobilidade urbana, através de campanhas educativas e programas de acolhimento às vítimas;
- Ampliar os corredores prioritários para transporte público nas principais vias da cidade;
- Regulamentar os Pólos Geradores de Tráfego (construções urbanas que atraem grande quantidade de deslocamentos de pessoas ou cargas, como escolas, conjuntos de escritórios, shopping centers) no município do Rio de Janeiro;
- Aprimorar a logística do deslocamento de veículos de transporte de cargas no município de modo a não impactar negativamente no tráfego nas regiões mais adensadas da cidade:
- Planejar, em conjunto com o Governo do Estado, a integração logística entre vans, ônibus, barcas, metrô e trem, com o objetivo de contemplar todos os modos de mobilidade (baixa, média e alta capacidade) da cidade;
- Qualificar e ampliar a capacidade de monitoramento digital de táxis, vans, ônibus, VLT e BRT, garantindo a integridade das informações dos GPS, câmeras e outros eventuais sensores e medidores, disponibilizando à população as informações por meio digital e integrando-as ao Centro de Operações Rio;
 - Incorporar dados de localização (data, horário, latitude, longitude), dados dos veículos (numero do Chassi, número de ordem, linha operada, velocidade, quilometragem, código do motorista, código do cobrador, status) e dados de demanda (contagem de entrada e contagem de saída);
 - Garantir que o envio dos dados seja feito diretamente à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, que deverá dispor de infraestrutura de telecomunicações e processamento de dados capaz de atender aos requisitos necessários do sistema;
 - Garantir a frequência máxima de 60 segundos no envio de dados;
 - Garantir que o servidor de processamento dos dados da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana armazene todas as informações;
 - Garantir que o servidor de processamento de dados funcione em tempo real, informando imediatamente

eventuais frotas em desacordo com os mínimos ou máximos estabelecidos, veículos cuja velocidade exceda a da via em que trafega, desvios de rota, suspensão da operação das linhas, veículos com superlotação, bem como pontos de gargalo do trânsito;

- Garantir que as informações sejam acessíveis, disponibilizando-as em formato de dados abertos no Gabinete Virtual da prefeitura;
- Garantir que o servidor de processamento de dados forneça mecanismo de interface de programação de aplicativos para que os dados abertos possam ser utilizados por terceiros para a elaboração de mapas interativos, aplicativos de orientação na mobilidade, estudos acadêmicos, entre outros;
- Ampliar a capacidade de resposta a emergências, definindo os papéis de cada órgão e estabelecendo postos operacionais, em maior número e mais bem equipados, ao longo das principais vias e centros de bairro;
- ☼ Editar um novo Código dos Ônibus, estabelecendo multas mais altas, punições mais ágeis e mecanismos efetivos de fiscalização;

SISTEMA MUNICIPAL DE MOBILIDADE

- ☼ Auditar os contratos e procedimentos operacionais de concessionárias, prestadoras ou fornecedoras de bens e serviços relacionados à mobilidade urbana verificando o cumprimento satisfatório das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, equilíbrio econômico-financeiro, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos, em acordo com a Lei Federal 8.987/95 e a seção V da Lei Orgânica do Município;
- Garantir o domínio público sobre a administração logística e os fluxos financeiros do sistema municipal de mobilidade urbana, criando uma Empresa Pública de Transporte e Mobilidade, nos termos previstos no art. 34º da Lei Orgânica do Município, que terá como objetivo planejar, gerir e fiscalizar a operação dos diferentes modos de mobilidade urbana de responsabilidade da prefeitura e garantir o domínio público sobre a administração logística e os fluxos financeiros do sistema municipal de mobilidade urbana (táxis, vans, ônibus, VLT e BRT);
 - Recuperar o controle público da operação de bilhetagem eletrônica;

- Realizar auditoria externa anual dos demonstrativos financeiros consolidados do sistema municipal de mobilidade urbana;
- Realizar auditoria externa anual do regime de bilhetagem do sistema municipal de mobilidade urbana;
- Realizar auditoria externa bienal de todo o sistema municipal de mobilidade urbana, incluindo a área operacional;
- Estabelecer a composição dos parâmetros da planilha de custos operacionais do sistema municipal de mobilidade urbana, para efeito de definição dos valores tarifários;
- ☼ Garantir o acesso universal às informações técnicas, administrativas, financeiras e orçamentárias do sistema municipal de mobilidade urbana, e disponibilizar, em sítio eletrônico, toda a escrituração contábil (com balancetes em dados abertos), os roteiros e trajetos das linhas, os contratos realizados para o funcionamento do sistema, dentre outros elementos fundamentais do sistema;
- Adotar mecanismos de consulta popular na gestão do sistema municipal de mobilidade urbana, sobretudo no que se refere aos processos de tomada de decisão que possuem impacto direto na vida das pessoas, tais como: mudança de trajetos, alteração da infraestrutura, modificação da política tarifária, dentre outros;
- Utilizar formas de financiar o sistema municipal de mobilidade urbana para além das tarifas aos usuários, tais como a taxação de meios de transporte extremamente poluentes e de operações urbanas consorciadas;

BILHETE ÚNICO CARIOCA

- Criar o Bilhete Único Mensal com uso ilimitado durante o período de validade do bilhete;
 - Criar versões de bilhete quinzenal, semanal e diário;
 - Integrar em um mesmo cartão todos os tipos de transportes municipais (bicicleta, vans, ônibus, BRT e VLT);
 - Negociar com o Governo do Estado para ampliar esse serviço para trem, metrô e barcas;

ÔNIBUS E VANS

- ☼ Declarar, observadas as normas relacionadas ao contraditório e à ampla defesa, a caducidade da concessão do Sistema de Transporte de Passageiros por Ônibus (SPPO) oriunda do Edital CO 10/2010, por descumprimento reiterado do contrato, com base no art. 38°, § 1° da Lei 8987/95, tomando as medidas legais e administrativas necessárias para garantir a continuidade plena do serviço público;
 - Incorporar os bens reversíveis amortizados ao patrimônio público, considerando os relatórios das auditorias externas sobre os dados financeiros das empresas de ônibus, assim como os relatórios de outros órgãos de controle, como o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Município, que indicam que todos os investimentos já foram amortizados, tendo inclusive valores a serem restituídos pelos consórcios ao poder público;
- ☼ Reduzir o preço da tarifa da passagem de ônibus e vans, adotando uma política de redução progressiva do preço da passagem, dissociando a tarifa paga pelos usuários (quando houver) do custo de operação do serviço prestado pelas concessionárias (públicas ou privadas), de modo a permitir a criação de planos tarifários mais baratos;
- Extinguir, imediatamente, a dupla função de motorista-cobrador de ônibus garantindo, com presença de um profissional próprio para a função de cobrador, menos estresse ao motorista e mais segurança na condução do veículo;
- ☼ Garantir a climatização de 100% da frota de ônibus, no prazo máximo de 2 anos;
- Desenvolver um manual de ergonomia próprio para os ônibus e vans da cidade, de forma a garantir a padronização da frota e melhor conforto ao usuário;
- Implementar linhas de ônibus específicas para o período noturno, garantindo uma frequência adequada às diversas demandas deste período;
- Implementar medidas de segurança, como o controle por vídeo, nos ônibus e nos pontos, garantindo mais segurança aos passageiros, especialmente às mulheres que são vítimas de assédio no transporte;
- Nomear todos os pontos de ônibus, no sentido de criar um sistema integrado de informações de mobilidade, com uma identidade visual simples e intuitiva;
- ☼ Integrar as linhas de transporte complementar por vans e kombis ("cabritinhos") com as linhas de ônibus;

BRT

- ☼ Criar o programa BRT DE GRAÇA, que implementará progressivamente, até o final do último ano de mandato, a Tarifa Zero nos corredores BRT Transoeste, Transolímpica e Transcarioca, com o objetivo de reduzir os custos da mobilidade urbana para as famílias mais pobres da cidade e dinamizar a economia no entorno dos corredores;
 - Cobrir os custos de operação do sistema (cerca de R\$350 milhões por ano) por meio de subsídios, utilizando parte dos recursos economizados com nosso plano de melhoria dos gastos da prefeitura;
 - Planejar etapas de redução progressiva e acelerada do preço da tarifa até atingir a gratuidade total, com o objetivo de atenuar o aumento de demanda decorrente da implementação do serviço gratuito e permitir que o poder público tenha tempo de resposta para fazer as adequações necessárias à melhor operação do serviço;
 - Planejar para a primeira etapa de redução tarifária ter início no final do sexto mês de governo.
 - Iniciar pelo corredor de BRT Transoeste, região mais afetada pelos altos preços da tarifa, investindo na correção das falhas projetuais dos corredores existentes, como a ampliação de terminais e a recuperação e correção da pavimentação de trechos degradados dos corredores;
 - Realizar obras no corredor Transoeste com os objetivos de: ampliar o Terminal Santa Cruz e integrá-lo com a estação Santa Cruz da Supervia; ampliar as estações Pingo D'Água, Magarça, Curral Falso e Mato Alto; ampliar a estação Salvador Allende e integrá-la com o Terminal Recreio (BRT Transolímpica);
 - Desativar temporáriamente as estações do corredor Transoeste com demanda insuficiente de passageiros: Dom Bosco, Recanto das Garças, Golfe Olímpico, CTEx e Embrapa;
 - Criar linhas alimentadoras circulares para atender a demanda das estações fechadas, com integração na estação mais próxima;

- Recuperar os trechos de pavimentação criticamente degradados do corredor Transoeste, com o objetivo de reduzir o impacto de longo prazo sobre a depreciação da frota, bem como planejar a progressiva substituição da pavimentação do corredor por pavimentação rígida de concreto, especialmente nos pontos de solo mais frágil e nas áreas críticas de frenagem;
- Reestruturar a operação do sistema, que passará a ser feita de forma centralizada, eliminando desperdícios e custos adicionais identificados pelo relatório da intervenção no sistema BRT (como, por exemplo, o sobrepreço em contratos ineficientes e o controle da frota feito por cada uma das empresas operadoras em separado);
 - Garantir que a frota do sistema BRT seja de uso exclusivo no sistema BRT, que contará com pátios de estacionamento próprios ao longo dos corredores e no Terminal Alvorada, reduzindo custos operacionais e tempo de entrada em operação e eliminado graves problemas de gestão que hoje resultam na operação do sistema com frota insuficiente;
- Substituir a frota por veículos elétricos e implantar infraestrutura de captação de energia solar para abastecimento dos veículos, com o objetivo de reduzir os custos operacionais no longo prazo da operação;
 - Planejar a substituição dos veículos conforme a depreciação da frota, atenuando o investimento necessário em material rodante e aproveitando linhas de crédito especial existentes para o financiamento desses veículos, como a disponibilizada pelo BNDES;
 - Equipar os terminais e estações de maior fluxo de passageiros com estações de recarga dos veículos e captação de energia solar, com o objetivo de reduzir os custos operacionais e as emissões de gases de efeito estufa, conforme a aquisição dos novos veículos elétricos;

TÁXI

☼ Consolidar a legislação que regulamenta o serviço de táxi, preservando a segmentação de mercado (empresas de táxi, táxis convencionais e táxis especiais), direitos adquiridos e dando maior segurança jurídica para motoristas, auxiliares e usuários;

- Reorganizar as licenças de táxi para que os motoristas não tenham que pagar diárias absurdas e enfrentar jornadas exaustivas;
- Criar um aplicativo público que congregue todos os taxistas, permitindo que, ao final das corridas, a população vote no serviço, fazendo criticas e sugestões;
- Recadastrar os autorizados e auxiliares, com a colocação de um "chip" em cada carro para barrar os táxis piratas;
- Unificar todas as vistorias de táxis em um só lugar (DETRAN-RJ, IPEM-RJ, SMTR, IMETRO);
- Garantir linha de crédito aos taxistas para a troca de veículo:

MOTO-TÁXI

- ☼ Regularizar os pontos de moto-taxi, de modo a assegurar aos mototaxistas segurança jurídica para o exercício da profissão;
- Alterar as regulamentações municipais da profissão, em conjunto com a categoria, de modo a torná-las factíveis e viabilizar que os mototaxistas possam se regularizar para garantir maior conforto e segurança aos trabalhadores e usuários;

CARONA COMPARTILHADA

- Regulamentar os serviços de carona compartilhada estabelecendo parâmetros de funcionamento;
 - Taxar o serviço por quilômetro rodado;
 - Garantir incentivos para caronas nas áreas distantes que hoje estão descobertas:

MOBILIDADE DE MÉDIA CAPACIDADE

- Criar o programa VLT DE GRAÇA, para garantir, até o final de 2022, a gratuidade do serviço, com o objetivo de reduzir o custo de vida de quem trabalha no Centro e na Zona Portuária e dinamizar a economia nestas regiões;
 - Cobrir os custos de operação do sistema (cerca de R\$80 milhões por ano) cobrando os especuladores e grandes

empresas localizados nas regiões beneficiadas pelo sistema;

- Planejar um período de transição entre a cobrança de tarifa e a operação gratuita, iniciando com testes de tarifa especial em finais de semana e feriados, seguido da redução progressiva da tarifa regular até a gratuidade total em um prazo de 2 anos:
- ☼ Iniciar tratativas com o Governo do Estado para a municipalização do bondinho de Santa Teresa, recuperando-os como patrimônio histórico, cultural e como meio de transporte público e de interesse turístico, garantindo uma tarifa popular, resgatando seu antigo trajeto e planejando a ampliação de sua malha;
- ☼ Elaborar estudos que tenham por objetivo aproveitar o potencial hidroviário da cidade do Rio de Janeiro, em especial no complexo lagunar da Baixada de Jacarepaguá, inclusive como possibilidade de maior integração com a região metropolitana através da Baía de Guanabara;

MOBILIDADE DE ALTA CAPACIDADE

- Investir, em parceira com o Governo do Estado, no cofinanciamento da expansão do metrô visando a conclusão de ligações prioritárias como a ligação Estácio-Carioca;
- Investir, em parceira com o Governo do Estado, no cofinanciamento da "metrolização" dos trens, ampliando a freqüência e melhorando a qualidade do serviço;

MOBILIDADE ATIVA

- Qualificar e integrar as calçadas com os outros modos de transporte e mobilidade na cidade;
- Orientar a rede cicloviária para funcionar como alimentadora das redes de média e alta capacidade;
- ☼ Garantir infraestrutura de suporte para ciclistas na cidade (como bicicletários cobertos), no entorno das estações de trem, metrô, barcas e ônibus da cidade;
- Implementar um novo sistema de sinalização específico para ciclistas e pedestres;
- Incentivar a mobilidade a pé;

- Municipalizar as calçadas e criar padrões de qualidade de pavimentação, com dimensões de acordo com normas de acessibilidade.
- Incentivar o uso misto do solo;
- Criar redes densas de caminhos e vias, de forma a encurtar viagens e estimular a economia local, reduzindo a necessidade de longos deslocamentos e a concentração de empregos em determinados bairros;
- Reduzir velocidades e facilitar travessias em trechos urbanos residenciais;

PESQUISA E INOVAÇÃO

- ☼ Criar um Laboratório de Inovação para a Mobilidade vinculado à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, com convênio com universidades e apoio do Fundo Municipal de Amparo à Pesquisa, para realizar pesquisas, produzir análises de dados e propor sugestões para melhorar a mobilidade na cidade;
- ☼ Incentivar o desenvolvimento de tecnologias e industrias nacionais de mobilidade urbana sustentável (por exemplo, o ônibus movidos a hidrogênio e energia elétrica, desenvolvido na COPPE/UFRJ).

ACESSIBILIDADE

Prioridades e compromissos:

MAPEAMENTO

Mapear a situação das calçadas, praças, parques, veículos de transporte coletivo, prédios públicos e equipamentos urbanos da prefeitura;

ADAPTAÇÃO E ADEQUAÇÃO

- Planejar um programa de reforma e adaptação para garantir o direito de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida;
 - Garantir que os espaços de cultura, de esporte, de educação e de saúde do município, sejam adequados para deficientes: sinalização visual e sonora, signos em braille, banheiros adaptados, degraus rebaixados, rampas de acesso, entre outros investimentos;
 - Diminuir os degraus dos ônibus e ampliar a quantidade dos ônibus e veículos adaptados para pessoas em cadeiras de rodas;
 - Garantir que as calçadas sejam planas, com regularização, rampas de acesso e, em algumas situações, corrimões de acessibilidade:
 - Garantir rampas de acesso e corrimões em todas as praças públicas;
 - Garantir que os sinais luminosos sejam acompanhados por sinais sonoros;
 - Garantir sinalização adequada para as pessoas cegas poderem detectar obstáculos nas ruas;
 - Garantir um mecanismo (botão no poste) que prolongue o tempo dos sinais para que as pessoas que usam muletas possam andar com segurança pelas ruas;
 - Ampliar as dimensões das portas dos banheiros públicos para permitir que pessoas em cadeiras de rodas possam usar o recinto de forma independente;

SAÚDE

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- ☼ Ampliar os recursos destinados à saúde, observando criteriosamente a sétima diretriz da Resolução 322 do Conselho Nacional de Saúde que descaracteriza alguns investimentos como ações deste financiamento, bem como a legislação pertinente em vigor;
 - Investir R\$7,5 bilhões em saúde já no primeiro ano de governo;
- Democratizar a gestão das políticas públicas de saúde, incentivando a criação de conselhos gestores locais, com eleições diretas realizadas entre os trabalhadores e usuários de cada unidade, e a criação de colegiados de gestão, garantindo a participação dos trabalhadores e usuários;
 - Implementar conselhos gestores paritários em todas as Unidades de Saúde;
- ☼ Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde, dando-lhes estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de saúde;
- Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias, como Cultura, Educação, Assistência Social, Direitos Humanos, Meio Ambiente, etc.;
- ☼ Regionalizar as ações da Secretaria Municipal de Saúde com criação de pólos especiais em cada uma das 33 regiões administrativas da cidade;
- Promover a auditoria de todos os contratos de terceirização de serviços e privatização da gestão celebrados pelos governos anteriores: OS's e OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas;
- ☼ Garantir o progressivo encerramento dos contratos de aluguel de equipamentos e dos contratos sem licitação;
- Implementar um plano de transição do sistema atual, que prioriza a gestão privada (baseada em regimes de trabalho precarizado), para um sistema de gestão pública e direta, evitando a desorganização do serviço e a desassistência, garantindo o

progressivo encerramento de todas as formas de privatização e terceirização da Saúde: OS's e OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas;

- ☼ Reformular as diretrizes da Programação Pactuada e Integrada (PPI) que dizem respeito à cidade, de acordo com critérios epidemiológicos e populacionais, para diminuir as desigualdades regionais de acesso e orientar investimentos nas regiões com maior demanda;
- Construir novos métodos de avaliação dos serviços que busquem a melhoria dos indicadores de morbimortalidade, condições de vida e IDH da população-alvo, analisando para além dos indicadores de consumo de procedimentos/tecnologia;
 - Rejeitar modelos baseados em metas meramente quantitativas e de caráter produtivista;
 - Desenvolver parâmetros baseados no efetivo cuidado em saúde, tendo os próprios profissionais e usuários como protagonistas dessa construção;
- ☼ Construir o Complexo Industrial de Saúde Carioca e transformar a cidade do Rio no maior pólo de inovação em saúde da América Latina, com foco na pesquisa e produção de vacinas, medicamentos, insumos estratégicos e equipamentos técnicos de biotecnologia, cuidado em saúde e vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental;
 - Oferecer incentivos municipais para atrair para a cidade a cadeia produtiva dos fornecedores de vacinas, medicamentos, insumos estratégicos e equipamentos técnicos do SUS;
 - Garantir incentivos municipais para a comercialização de vacinas, medicamentos, insumos estratégicos e equipamentos técnicos de biotecnologia, cuidado em saúde e vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental;
 - Usar o poder de compra da prefeitura para estimular a criação de novas empresas na cidade ou a atração de empresas nacionais e estrangeiras que atendam ao setor de saúde no país;

- Realizar editais onde o vencedor se tornará fornecedor da prefeitura por tempo determinado em troca da transferência de tecnologia para a cidade;
- Criar a Rede Carioca de Ensino, Pesquisa e Altos Estudos em Saúde, voltada para a inovação tecnológica em biotecnologia, cuidado em saúde e vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental;
 - Estimular a produção e publicação de pesquisas sobre biotecnologia, cuidado em saúde e vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental;
 - Estimular o intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos entre as agências públicas de biotecnologia, cuidado em saúde e vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental (municipais, estaduais e federais) que atuam na cidade;
 - Criar um sistema permanente de compartilhamento de dados e informações sobre biotecnologia, cuidado em saúde e vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, entre prefeitura, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Vital Brazil, universidades e institutos de pesquisa localizados na região metropolitana;

TRABALHADORES DA SAÚDE

- ☼ Valorizar os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), desenvolvendo ações para eliminar a precarização do trabalho;
- Estabelecer políticas de gestão que busquem compatibilizar a lotação de servidores com suas formações, perfis e interesses em relação às tarefas desenvolvidas;
- Realizar concursos públicos para a recomposição do quadro de servidores da saúde:
- Implementar Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para as diferentes categorias da saúde assegurando a isonomia salarial, com o objetivo de valorizar os servidores da saúde e estimular a prática profissional cidadã;

 Garantir a recomposição salarial gradual dos servidores da saúde:

SAÚDE E EDUCAÇÃO

- Implementar um plano de educação permanente, transinclusivo, antirracista, antimachista e anti-homofóbico, investindo na capacitação dos profissionais que executam os programas de saúde existentes no município para oferecer um atendimento de qualidade, com foco no cuidado ao cidadão:
- Utilizar os espaços de prática do Sistema Único de Saúde (SUS) para a formação e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores, com o objetivo de promover uma saúde libertária e integral, baseada nos princípios que norteam o SUS, em articulação com as instituições de ensino e pesquisa;
- ☼ Desenvolver programas de Residência em Área Profissional da Saúde e em Medicina de Família e Comunidade, afirmando a modalidade de residência como uma formação em serviço do Sistema Único de Saúde (SUS), e não como substituição de mão de obra;
- Unificar as ações das secretarias de Saúde e de Educação com base na Política Nacional de Promoção da Saúde;
 - Reforçar os setores de documentação, informação, comunicação, informática (com uso de softwares livres) e educação em saúde nas unidades de saúde;
 - Incluir o direito à saúde e as formas de participação e controle social do Sistema Único de Saúde (SUS) na grade curricular da rede municipal de ensino;
- Constituir uma rede de ensino, pesquisa e extensão a serviço do Sistema Único de Saúde (SUS) do município, integrando os institutos de pesquisa e as universidades localizadas na cidade;

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE

☼ Implementar uma política de informação e comunicação em saúde, atuando em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e mobilizando a sociedade com vistas ao fortalecimento do controle social, por meio da criação da Comissão de Comunicação e Informação em Saúde, vinculada à Secretaria de Municipal de Saúde, atuando de forma articulada com o Conselho Municipal de Saúde e os conselhos de moradores;

- ☼ Investir em um Sistema Metropolitano de Informação para o Sistema Único de Saúde (SUS), em parceria com a Câmara Metropolitana, o Governo do Estado e a União;
 - Criar mecanismos de gestão integrada das ações de saúde na região metropolitana, potencializando as instâncias de pactuação já existentes e previstas na legislação do Sistema Único de Saúde (SUS);
 - Investir no aperfeiçoamento da produção de dados, com a organização, integração e sistematização dos bancos de dados já existentes, bem como fortalecer a interatividade e o acesso livre às informações de saúde para cada cidadão, resguardados os princípios de confidencialidade previstos na legislação;
 - Desenvolver um mapa interativo da saúde na cidade, com indicadores que permitam analisar a situação de cada bairro dos municípios da região;
 - Garantir um sistema permanente de compartilhamento de dados e informações com a Câmara Metropolitana, o Governo do Estado e a União;
- ☼ Capacitar os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo os gestores e os formuladores de políticas, no acesso, processamento e análise dos dados de interesse da saúde no município, para que a informação em saúde sirva à tomada de decisão, incluindo acesso a bases de dados especializados com protocolos clínicos, literaturas setoriais e redes bibliográfica (BVS, BiblioSUS, SaúdeLegis, ColecionaSUS, etc.);
- Desenvolver, junto ao Conselho Municipal de Saúde, políticas editoriais de informação que garantam a disseminação de dados de forma democrática e ampla, investindo em tecnologia e garantindo recursos para a implementação de ações de comunicação e informação em saúde;
- Ampliar a capacidade dos conselheiros e equipes de saúde para a gestão pública da informação e da comunicação em saúde, por meio de capacitação e garantia de acesso às fontes de informação, sistemas técnicos e instituições públicas, assegurando total transparência dos processos de: execução orçamentária e financeira; repasse de recursos; transferência fundo a fundo; convênios; acordos de cooperação; patrocínios; licitações; cartas-convite; registro de preço; formas de calcular indicadores epidemiológicos e demais estatísticas; além de todas as formas de contrato em serviços de saúde:

CUIDADO EM SAÚDE

- Garantir políticas de saúde para todos os ciclos de vida, em especial aos extremos de idade (idosos e crianças), que devem ser considerados os principais indicadores de qualidade de vida na cidade;
- Organizar redes de atenção integral, articulando os diversos serviços equipamentos de saúde do município com os serviços e equipamentos estaduais e federais localizados na cidade;
- Criar programas especiais de acesso à saúde para populações residentes em locais de difícil acesso ao sistema de saúde, garantido mecanismos para atender situações de emergência;
 - Criar programas especiais de acesso à saúde para comunidades tradicionais e povos indígenas localizados no município;
- Valorizar a categoria dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como serviço estruturante para o vínculo entre o sistema de saúde e os territórios;
 - Cumprir a Lei Federal 11.350 e efetivar os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), com Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS);
 - Implementar, em parceria com instituições de pesquisa e universidades localizadas na cidade, um programa de formação para Agentes Comunitários de Saúde (ACS), com oferecimento de cursos profissionalizantes e espaços de educação permanente voltados para a categoria;
- Defender e fortalecer a Atenção Primária como principal porta de entrada para o acesso à saúde, bem como o acesso organizado e hierarquizado às tecnologias em saúde necessárias à preservação da vida;
 - Garantir a progressiva ampliação da cobertura da Atenção Primária, até atingir a cobertura completa de todas as regiões da cidade;
 - Contratar, nos primeiros seis meses de governo, 200 equipes de Saúde da Família, compostas por 1 médico, 1 enfermeiro, 1 técnico em enfermagem e 6 agentes comunitários de saúde;
 - Organizar um sistema de monitoramento, avaliação e supervisão da Atenção Primária, com o intuito de

acompanhar o seu desenvolvimento e melhorar a qualidade dos serviços;

- Realizar investimentos para que os serviços da Atenção Primária ampliem sua capacidade de resolver problemas comuns da população, em especial, os atendimentos de urgência que fazem parte da atribuição do cuidado das Unidades Básicas de Saúde;
- Investir nas unidades ambulatoriais e na expansão da Estratégia Saúde da Família, dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e dos Consultórios de Rua, de forma a trabalhar no território reconhecendo as necessidades locais e garantindo a participação da comunidade;
- Investir na qualificação das equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e dos Consultórios de Rua, estimulando a formação profissional (superior e técnica) com perfil multidisciplinar;
- Garantir que a composição das equipes da Estratégia de Saúde da Família, dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e dos Consultórios de Rua atendam as necessidades e particularidade locais de cada território;
- Fortalecer a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Organizar o pronto atendimento de forma articulada com serviços de atenção básica;
- Construir unidades de atendimento a partir das necessidades de saúde dos territórios, dando fim à padronização de serviços de saúde segundo modelos pré-fabricados, estimulando as demandas e criações locais;
- ☼ Reorganizar a Rede de Urgência e Emergência do município, hospitalar e pré-hospitalar – fixa (Unidades de Pronto Atendimento) e móvel (SAMU) –, de maneira a garantir pleno acesso e tempo de resposta adequado para a população carioca, atuando de forma hierarquizada, regulada de forma transparente (tanto para o cidadão, quanto para o profissional de saúde) e articulada com demais serviços assistenciais;

- ☼ Reestruturar os sistemas de regulação de leitos, serviços ambulatoriais e diagnósticos, bem como serviços de alta complexidade, de forma que as vagas sejam preenchidas a partir de um modelo baseado na territorialização e no conhecimento da capacidade instalada das unidades de saúde, visando ampliar a sua agilidade e eficácia, garantindo transparência no que se refere aos recursos disponíveis e sua utilização (como informações sobre as filas de espera e critérios de priorização);
- ☼ Reorganizar a gestão dos leitos hospitalares do município, inclusive os complementares, de forma descentralizada e pactuada com os municípios da região metropolitana, para constituir uma rede capaz de promover suficiência de recursos e acesso efetivo à população, privilegiando os agravos e doenças que atingem os grupos sociais mais vulneráveis;
- Criar um laboratório municipal de saúde pública para aumentar a oferta de exames e aperfeiçoar a capacidade de diagnóstico da rede pública;
- ☼ Fortalecer a logística em Saúde do município, visando retomar o controle público sobre a compra e distribuição de medicamentos e insumos na rede municipal de saúde;
- ☼ Reestruturar a atenção especializada na rede assistencial do município, concentrando investimentos nas estruturas em que haja maior dificuldade de acesso;
- ☼ Fortalecer os serviços de apoio ao idoso, como casas de convivência, programas de atenção domiciliar, programas de internação domiciliar, cuidador de idosos, entre outros;
- ☼ Garantir a efetiva aplicação das portarias do Ministério da Saúde do governo federal e do Sistema Único de Saúde (SUS) para o processo transexualizador, aplicando verbas e desenvolvendo um programa para a formação e capacitação de profissionais da saúde, criando unidades de atendimento em hospitais públicos do município e estabelecendo a não-patologização das identidades trans e a redução das barreiras burocrático-administrativas para o acesso a esse direito na cidade:
- ☼ Garantir, em todos os hospitais públicos do município, a informação e o acompanhamento necessários para a prática do

- **aborto nos casos autorizados pela lei**, respeitando o princípio de autodeterminação da mulher sobre seu próprio corpo;
- Desenvolver políticas públicas para combater a violência obstétrica, evitar cesarianas desnecessárias e estimular os partos normais, naturais e humanizados, de acordo com a escolha da mulher;
- Promover o atendimento integral, humanizado, transdisciplinar e de qualidade em toda a rede de atenção materno-infantil desde o início da gravidez até a atenção ao recém-nascido;
- ☼ Investir em equipamentos (salas e quartos) que facilitem o parto humanizado em todas as maternidades do município, com profissionais capacitados e envolvidos nos processos de cuidado;
- Garantir a atuação de doulas certificadas em todas as maternidades e unidades hospitalares que atendam partos;
- Desenvolver políticas de formação para doulas;
- Estimular o funcionamento de casas de parto no conjunto do território municipal;
- ☼ Fortalecer e ampliar a rede de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), capacitando os trabalhadores da rede de saúde para as demandas oriundas da saúde do trabalhador e atuando, junto a sindicatos, para fortalecer a capacidade de identificar e reduzir riscos à saúde produzidos pelo trabalho;
- Criar um Comitê Técnico de Saúde da População Negra para combater o racismo institucional na saúde;
 - Implementar no âmbito municipal os parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com o objetivo de promover a equidade étnico-racial nas políticas de saúde da cidade;
 - Elaborar diagnóstico epidemiológico periódico da saúde da população negra da cidade;
- Implantar o registro da variável raça/cor nos impressos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde;

- Promover cursos de formação sobre as especificidades das minorias étnico-raciais, capacitando os servidores e gestores da saúde para lidar com as questões específicas dessas populações;
- Implementar no âmbito municipal a Política Nacional de Saúde Integral LGBT;
- Implementar no âmbito municipal a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das populações privadas de liberdade;
- ☼ Promover iniciativas na rede municipal de saúde para o acolhimento de vítimas e enfretamento das consequências relacionadas às situações de violência, seja do ponto de vista individual ou coletivo:

SAÚDE MENTAL

- Garantir o progressivo fechamento dos manicômios e espaços asilares existentes no município, com a reorientação dos recursos para a rede de saúde mental e outros equipamentos de cuidado a idosos e pessoas com deficiência;
- Extinguir os convênios da prefeitura com Comunidades Terapêuticas e outras estruturas não caracterizadas como serviço de saúde da Rede de Atenção Psicossocial, reorientando os recursos para a rede de saúde mental;
- ☼ Ampliar a rede substitutiva de serviços de saúde mental nos bairros com maior demanda: serviços de residências terapêuticos, CAPS III, CAPSi, CAPS AD, CAPS AD III, Centros de Convivência/Cultura, Cooperativas Sociais, Consultórios de Rua, Escolas de Redutores de Danos, Unidades de Acolhimento Infanto-Juvenil, entre outros;
- Implementar uma política municipal intersetorial de atenção integral a pessoas que usam álcool e outras drogas, coordenada pela Secretaria de Municipal de Saúde;

VIGILÂNCIA EPIDEMOLÓGICA, SANITÁRIA E AMBIENTAL

Qualificar as ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, prestando assessoria técnica e estabelecendo um plano de ação articulado, que dê respostas aos problemas sanitários e ambientais de cada região do município;

- Investir na formação e na capacitação em vigilância sanitária e ambiental dos servidores públicos de vigilância que atuam no município;
- Qualificar o trabalho de vigilância sanitária e ambiental por meio da incorporação de tecnologias de informação e do aprimoramento do uso daquelas que estão disponíveis;
- Submeter, periodicamente, ao controle social do SUS, o resultado das ações de vigilância sanitária e ambiental;
- Incentivar a participação de representantes da sociedade civil organizada para o acompanhamento das inspeções de vigilância sanitária e ambiental;
- Desenvolver um programa de comunicação com informações de interesse público sobre situações de risco à saúde da população, em parcerias com mídias populares e movimentos sociais;
- Estimular que os serviços de saúde adotem medidas e incorporem práticas para o controle de risco, por meio de ações educativas e divulgação de material de apoio;
- Instituir um plano municipal de saúde ambiental e controle de endemias, com foco no controle de agravos como dengue, chikungunya, zika, febre amarela, leishmaniose, bem como doenças causadas por desastres (ex: leptospirose) e epidemias causadas por habitações insalubres e condições de vida precárias (ex: tuberculose);
- Fortalecer o programa de Farmacovigilância no município, por meio de ações de vigilância sanitária, interlocução com a indústria farmacêutica e parcerias com instituições científicas especializadas no tema;
- Incentivar o uso racional de medicamentos e a alimentação saudável e segura;
- ☼ Promover uma política de assistência farmacêutica que seja acessível à população de maneira gratuita e descentralizada,

- ofertando todos os insumos necessários ao cuidado integral da população;
- ☼ Implementar ações para fazer cumprir a legislação sobre propaganda de bebidas alcoólicas, tabaco, medicamentos e outras áreas da saúde.

EDUCAÇÃO

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- ☼ Fortalecer o Conselho Municipal de Educação, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de educação;
- Implementar o Plano Municipal de Educação, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade civil ao longo de todo o processo;
- Garantir processos de gestão democrática em toda a rede municipal de ensino, com eleição de diretores nas escolas e creches e construção/valorização de conselhos gestores de caráter deliberativo nas comunidades escolares:
- Fortalecer os Grêmios Estudantis garantido a participação dos alunos na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos e na gestão das unidades escolares;

EDUCAÇÃO INFANTIL

- Garantir o direito à Educação Infantil, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos;
- Garantir o direito à alfabetização para todas as crianças até 8 anos de idade:
- ☼ Garantir o nível de letramento adequado para ingresso de todos os estudantes no ensino médio;
- Criar um Fundo Municipal para Creches, com o objetivo de garantir investimentos em construção e manutenção de creches para zerar a fila de espera por vaga até 2024;
 - Destinar, no primeiro ano de governo, 1,25% da arrecadação do ISS, aumentando o valor progressivamente, até chegar a 5% em 2024 (assegurando investir pelo menos R\$780 milhões em abertura de vagas e na manutenção das creches);

EDUCAÇÃO BÁSICA

- ☼ Garantir estrutura adequada nas escolas municipais, em especial, a definição de uma quantidade máxima de 30 alunos por sala de aula (dentro de um plano que garanta a redução progressiva do número de alunos por sala de aula), a climatização e adequação acústica das salas de aula, a ampliação das bibliotecas e salas de informática, bem como o estabelecimento de metas para que toda a comida servida nas unidades da rede municipal de ensino seja produzida a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos);
 - Instalar em cada unidade da rede municipal de ensino um sistema de rede sem fio que garanta internet pública, gratuita e de qualidade;
- Criar o programa Escola de Portas Abertas e efetivar um modelo de Educação Integral na rede municipal de ensino, com o objetivo de integrar as políticas de esporte, arte e cultura aos programas de educação e transformar as escolas em polos de produção de pensamento crítico, preservação da memória dos bairros e promoção da cultura popular, ressignificando a sua relação com os territórios da cidade:
 - Implementar o Programa Comida na Escola, garantindo café de manhã e jantar de qualidade a todos os alunos matriculados em escolas municipais e seus responsáveis cadastrados;
 - Utilizar as escolas municipais como equipamentos culturais para o desenvolvimento de atividades culturais fora dos horários de aula, visando a integração entre educação e cultura em toda a rede ensino do município, focado em arte com educação e educação com arte;
 - Implementar um cineclube popular em cada escola municipal, realizando oficinas de formação e garantindo a infraestrutura e dotação orçamentária necessária para que as escolas possam viabilizar a manutenção dos equipamentos e a aquisição de materiais e insumos;
 - Criar Pontos de Cultura em todas as 33 regiões administrativas da cidade e articular essa rede com as escolas de cada região administrativa, fortalecendo a relação das escolas com a produção cultural local;
 - Desenvolver nas escolas municipais, junto com os pontos de cultura, uma política de ocupação cultural das praças de cada bairro, que serviriam como espaços para promover atividades, apresentações e oficinas gratuitas ao ar livre;

- Articular as arenas, areninhas, lonas culturais, anfiteatros e teatros municipais com as escolas municipais de cada região;
- Integrar a rede de ensino municipal com as escolas de samba, associando disciplinas formais (história, música, artes, língua portuguesa, ciências, etc.) ao universo de múltiplo saberes das agremiações e integrando a política de cultura com a política educacional do município;
- Transformar imóveis tradicionais abandonados em Centros de Cultura e Memória Popular, cujas atividades serão coordenadas em articulação com as escolas da rede municipal de ensino, para promover a produção descentralizada de arte independente, popular e tradicional, valorizar os artistas locais e preservar a história de cada região;
- Criar uma Rede de Mestres Griôs, em diálogo com as escolas municipais, para promover a cultura popular e a troca de saberes na cidade;
- Reformar as quadras poliesportivas das escolas municipais que se encontram em condições precárias e construir quadras nas escolas que não tem equipamentos esportivos mas tem espaço físico para comportar quadras;
- Garantir às escolas municipais acesso aos equipamentos e instalações esportivas dos clubes de bairro e integrá-los às estratégias de desenvolvimento da educação física e do esporte de alto rendimento;

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Oferecer educação especial na perspectiva inclusiva, garantindo a participação efetiva da família no processo educacional, disponibilizando transporte adequado e priorizando a oferta de vagas em unidades escolares aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, e/ou altas habilidades/superdotação, qualificando professores e funcionários com uma capacitação e formação continuada em serviço, implementando salas de recursos multifuncionais, garantindo atendimento pedagógico nas Classes Hospitalares e oferecendo educação escolar e preparação para o trabalho aos maiores de 17 anos, através de ações interdisciplinares entre as demais secretarias da prefeitura;

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- ☼ Fortalecer a política de Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino;
 - Garantir vagas para jovens e adultos na rede municipal de ensino;
 - Integrar a política de Educação de Jovens e Adultos com a de Educação Infantil e Ensino Fundamental na modalidade regular a fim de facilitar acesso e permanência de mães e pais analfabetos ou com baixa escolaridade cujos filhos são atendidos na rede municipal de ensino;
 - Fortalecer os Centros de Referência de Educação de Jovens e Adultos;
 - Planejar a expansão da política a partir da territorialidade dos alunos (considerando a proximidade com local de moradia, de trabalho ou de estudo de seus filhos pequenos, quando for o caso);

REDE MUNICIPAL DE ENSINO

- Mapear a capacidade de absorção das escolas, creche e EDI'S da rede municipal, em todas as áreas da cidade, com o objetivo de identificar as medidas necessárias para garantir uma oferta satisfatória de vagas à população carioca;
- ☼ Aprimorar o processo de matrícula na rede municipal de ensino, ampliando os pontos de apoio à matrícula digital e aproximando-os da população para favorecer a democratização do acesso às unidades escolares;
- ☼ Garantir a todos alunos o direito de ir e vir para a unidade de ensino, seja pela gratuidade de transporte, seja por meio de serviço especializado;
- Garantir equipes multidisciplinares de apoio psicológico e social a alunos, familiares e profissionais de educação em toda a rede municipal de ensino;
- ☼ Fortalecer a capacidade do Conselho Tutelar para atuar no apoio às demandas das escolas:
- ☼ Garantir, em parceria com o Conselho Tutelar, uma política de assistência social para atender jovens em risco de abandono escolar ou com problemas familiares e sociais mais graves;

- Promover a Autonomia Pedagógica, com a valorização dos Projetos Políticos Pedagógicos elaborados por cada unidade da rede municipal de ensino, garantindo um currículo mínimo e estimulando a capacidade criativa dos educadores;
- Implementar um processo de avaliação da rede municipal de ensino centrado na participação da comunidade e na geração de demandas sobre o poder público, buscando identificar as necessidades de cada unidade da rede municipal de ensino na formulação de medidas que visem a superação dos obstáculos ao processo de ensino aprendizagem;
- Criar indicadores de aprendizagem para todas as áreas do conhecimento;
- ☼ Garantir a laicidade nas escolas da rede municipal de ensino;
- Promover a inclusão e valorização das culturas de matriz africana e indígena nos conteúdos curriculares das escolas públicas do município, visando a erradicação de todas as formas de preconceito contra elas e a valorização de sua contribuição à formação da sociedade brasileira:
- Auditar e verificar a possibilidade de encerramento dos contratos com empresas privadas que implementam projetos educacionais na rede municipal de ensino, dando condições e suporte para que os projetos construídos pelos próprios profissionais da rede ou em convênios com universidades públicas sejam implementados, respeitando sempre a autonomia pedagógica e o Projeto Político Pedagógico de cada unidade;

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- ☼ Criar um novo Plano de Carreira para promover a valorização salarial dos profissionais de educação, tornando-o unificado entre professores e funcionários da rede municipal de ensino, com progressões significativas por formação acadêmica e tempo de serviço, garantindo paridade e integralidade para os aposentados;
- ☼ Instituir e regulamentar a data-base para todos os profissionais da rede municipal de ensino, garantindo a existência de processos de negociação salarial e de melhorias nas condições de trabalho permanentes, reconhecendo e respeitando as representações sindicais de cada segmento dos educadores;
- ☼ Incentivar o aprimoramento acadêmico dos professores, por meio de adicional para pós-lato sensu, mestrado e doutorado, bem como a garantia de licenças para estudo;

- Extinguir as formas de remuneração variável, transferindo tais recursos para efetiva valorização salarial;
- Garantir vagas em concursos públicos que recomponham os quadros efetivos e reflitam o dimensionamento atual da rede municipal de ensino;
- Implementar um plano que tenha por objetivo a extinção das terceirizações e contratos precários com a gradativa abertura de concurso público para funcionários da rede municipal de educação;
- Desenvolver um programa de formação continuada para os profissionais da educação em parceria com as universidades públicas localizadas na cidade;
- Investir na formação continuada de professores e em material pedagógico para combater o machismo, a homo/lesbo/bi/transfobia e a discriminação racial na rede municipal de ensino;
- Investir na formação continuada de professores e em material pedagógico para promover a valorização e o reconhecimento das comunidades tradicionais e da herança cultural de matriz indígena e africana na rede municipal de ensino;
- Investir na formação continuada de professores e em material pedagógico para a Educação de Jovens e Adultos, respeitando e valorizando a diversidade e as especificidades destes sujeitos, restabelecendo o direito à educação historicamente negado;
- ☼ Garantir 1/3 de planejamento extraclasse para todos os professores da rede municipal de ensino;
- ☼ Garantir 30 horas de jornada semanal para os funcionários administrativos da rede municipal de ensino;
- ☼ Regulamentar a carreira de Animadores Culturais dentro do quadro da Secretaria Municipal de Educação e realizar concursos públicos para aumentar o corpo de animadores culturais: a meta é garantir 04 animadores por escola, cada um em uma área de formação artística diferente (audiovisual, teatro, dança, arte plásticas);

CULTURA

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Democratizar a política de Cultura, visando seu fortalecimento institucional, orçamentário e técnico, sua atualização conceitual e programática, bem como sua integração com as demais pastas e órgãos da prefeitura;
- ☼ Fortalecer o Conselho Municipal de Políticas Culturais, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta, deliberação e fiscalização sobre as políticas públicas de cultura;
- Instituir um Plano Municipal de Cultura, sob a supervisão do Conselho Municipal de Cultura, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ☼ Efetivar o Fundo Municipal de Cultura, sob a supervisão do Conselho Municipal de Cultura, dentro de uma política de investimento na produção descentralizada, com equidade racial, territorial e de gênero, promovendo a arte independente, popular e tradicional, com a divulgação dos critérios de avaliação dos projetos antes das etapas de análise e pontuação, entrevista e contratação;
- ☼ Realizar um mapeamento sociocultural de cada bairro da cidade, objetivando conhecer as diferentes formas de expressão cultural de cada território e medir a influência dos equipamentos culturais em funcionamento para desenvolver, junto com o Conselho Municipal de Cultura, políticas de incentivo e fomento para a manutenção da rede existente e a instalação de novos equipamentos culturais (lonas culturais, teatros, arenas, cineclubes, etc);
- ☼ Garantir a política de meia-entrada, sem reserva de vagas e monopolização através das carteirinhas de entidades;

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Investir no aprimoramento da infraestrutura técnica das lonas, arenas, areninhas, anfiteatros e teatros existentes na cidade, bem como planejar a construção de novos espaços, começando pelos bairros com maior demanda; Ampliar o horário de funcionamento das bibliotecas municipais existentes e investir na construção de bibliotecas municipais em todas as Áreas de Planejamento da cidade;

POLÍTICA DE FOMENTO

- Realizar audiências públicas do Conselho Municipal de Cultura para deliberar com a sociedade civil os modelos que devem ser utilizados nos editais de fomento à produção cultural, com os objetivos de privilegiar critérios culturais sobre critérios comerciais, dar transparência aos processos, desburocratizar o sistema, democratizar a produção e garantir a diversidade artística;
- Ampliar o número de editais públicos com recursos municipais, aplicados de forma regionalizada, com valores pequenos e médios, incentivando o pequeno produtor cultural e priorizando as áreas historicamente excluídas pela política cultural municipal;
- Implementar uma política de estímulo à "primeira produção", incentivando a formação de artistas e propiciando um ambiente de criatividade no município;

PRODUÇÃO CULTURAL

- ☼ Promover programas públicos de capacitação técnica, qualificação profissional e formação especializada em produção cultural:
- ☼ Criar o cargo de assistente regional de produção cultural, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, responsável por buscar coletivos artísticos e artistas de uma região e auxiliá-los a registrar projetos culturais de pequeno porte;

PONTOS DE CULTURA

Criar Pontos de Cultura em todas as 33 regiões administrativas da cidade;

CULTURA E EDUCAÇÃO

Articular a rede de pontos de cultura do município com as escolas municipais de cada região administrativa, fortalecendo a relação das escolas com a produção cultural local;

- Articular as arenas, areninhas, lonas culturais, anfiteatros e teatros municipais com as escolas municipais de cada região, integrando a política de cultura com a política educacional do município;
- Utilizar as escolas municipais como equipamentos culturais para o desenvolvimento de atividades culturais fora dos horários de aula, visando a integração entre educação e cultura em toda a rede ensino do município, focado em arte com educação e educação com arte;
- Implementar um cineclube em cada escola municipal, realizando oficinas de formação e garantindo a infraestrutura e dotação orçamentária necessária para que as escolas possam viabilizar a manutenção dos equipamentos e a aquisição de materiais e insumos;
- Desenvolver nas escolas municipais, junto com os pontos de cultura, uma política de ocupação cultural das praças de cada bairro, que serviriam como espaços para promover atividades, apresentações e oficinas gratuitas ao ar livre;

FESTIVAIS

Apoiar a realização de saraus, festivais e concursos populares (música, teatro, dança, poesia, etc.), privilegiando os artistas locais e valorizando a história de cada região da cidade;

ARTE DE RUA

- Criar zonas livres para grafite em todos os bairros da cidade;
- Investir na construção de banheiros públicos fixos e pontos de luz nas principais vias e praças da cidade, promovendo a ocupação dos logradouros públicos para atividades de cultura e lazer;

AUDIOVISUAL

- Implementar uma política de incentivo fiscal para equipamentos (ex: câmeras) e instalações (ex: estúdios) de audiovisual localizadas na cidade;
- ☼ Criar o Conselho Popular de Gestão da Riofilme, de caráter paritário, com membros representantes da sociedade civil indicados através da realização de fórum de cada segmento, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de audiovisual da RioFilme, com objetivo de democratizar a gestão da empresa pública;

- ☼ Promover programas públicos de capacitação técnica, qualificação profissional e formação especializada em audiovisual:
- Planejar a instalação de salas de cinema populares em todas as Áreas de Planejamento da cidade;
- ☼ Criar programas de incentivo voltados para cineclubes localizados na cidade;

CARNAVAL

- Instituir um Plano Municipal de Democratização do Carnaval, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
 - Reconhecer o carnaval como manifestação cultural e transferir da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – RIOTUR para a Secretaria Municipal de Cultura a responsabilidade sobre o carnaval;
 - Criar a Subsecretaria Municipal do Carnaval, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Cultura, tendo como principais funções assumir a organização do desfile das escolas de samba e do carnaval de rua, promovendo a ocupação democrática do espaço público e garantindo a correta gestão dos recursos públicos;
 - Garantir maior transparência pública às informações, disponibilizando no site da prefeitura, em aba específica, todos os editais, publicações do Diário Oficial, contratos e documentos relacionados com a organização do carnaval;
 - Promover campanhas educativas, implementar medidas preventivas de segurança e criar redes de apoio, acolhimento e denúncia para garantir um carnaval que valorize a diversidade e defenda a liberdade daqueles que são oprimidos em razão de sua classe, gênero, raça, etnia, idade, sexualidade, manifestação de fé, corpo, cultura ou origem;
 - Garantir a promoção de uma imagem do carnaval que evite a perpetuação de estereótipos que disseminem preconceitos de classe, gênero, raça, etnia, idade, sexualidade, manifestação de fé, corpo, cultura ou origem;
 - Criar um Conselho Municipal do Carnaval de Rua, vinculado à Subsecretaria Municipal do Carnaval, composto de forma paritária entre poder público e representantes de blocos de

carnaval, para avaliar, acompanhar e deliberar sobre a organização do carnaval de rua e a execução do Plano Municipal de Democratização do Carnaval;

- Promover a ocupação democrática do espaço público em todos as zonas da cidade durante o carnaval, cabendo ao poder público a responsabilidade de garantir a segurança pública (medidas de prevenção e estratégias de mediação de conflitos), o ordenamento urbano (controle de trânsito e limpeza urbana) e a infraestrutura técnica (instalação e manutenção de banheiros químicos, estrutura médico-hospitalar, programação visual e decoração de logradouros) necessários para a realização do carnaval de rua;
- Garantir a liberdade da folia, proibindo qualquer área VIP ou outra modalidade de restrição que cerceie o acesso dos foliões, só cabendo cordões de isolamento quando for para proteger crianças, idosos, pessoas com deficiência e grávidas, além das pessoas integrantes ou diretamente ligadas à organização do bloco em questão;
- Preservar a espontaneidade do carnaval carioca, garantindo a livre manifestação cultural no espaço público, sem restrições burocráticas, ficando a cargo da prefeitura implementar um método democrático para mediar situações em que seja necessário compatibilizar eventual compartilhamento de espaço entre atividades da mesma natureza no mesmo dia e local:
- Diferenciar as exigências técnicas de segurança para blocos que utilizam de estruturas (como carro alegóricos, sistemas de som e palcos) de acordo com o tamanho do público estimado;
- Preservar a tradição dos blocos respeitando sua história e a sua relação com seus bairros de origem;
- Garantir a estrutura necessária para a realização do tradicional desfile de blocos de carnaval no centro da cidade:
- Facultar aos blocos a publicação ou não de informações sobre seus desfiles nos materiais de divulgação oficial do Carnaval de Rua do Rio, realizado pela Prefeitura, Produtora e Financiadores/Patrocinadores:
- Elaborar uma política de incentivo para blocos e grupos carnavalescos tradicionais, com o objetivo de promover a memória e preservar a história do carnaval de rua do Rio de Janeiro;

- Definir critérios democráticos para a aplicação da verba de patrocínio destinada aos blocos que está prevista no caderno de encargos, garantindo equidade territorial entre os blocos que desfilam nas diferentes áreas de planejamento da cidade;
- Garantir aos blocos a liberdade de obter patrocínio com qualquer empresa de sua escolha, independente de ser ou não concorrente das empresas que firmaram contrato com a prefeitura nos termos do caderno de encargos;
- Criar um Conselho Municipal do Carnaval da Avenida, vinculado à Subsecretaria Municipal do Carnaval, composto de forma paritária entre o poder público e representantes de escolas de samba, para avaliar, acompanhar e deliberar sobre a organização do Carnaval de Avenida e a execução do Plano Municipal de Democratização do Carnaval;
- Recuperar o projeto original do Sambódromo, fazendo do local onde hoje estão as frisas (ou de parte delas) uma área a preços populares;
- Garantir a manutenção das arquibancadas gratuitas montadas na concentração das escolas de samba para o desfile no Sambódromo:
- Garantir a realização de ensaios técnicos gratuitos;
- Determinar que a venda de ingressos seja feita pela internet e em bilheteria fixa localizada no Sambódromo;
- Impedir que ingressos sejam distribuídos a parlamentares, como hoje é feito;
- Exigir da LIESA e da LIERJ relatório detalhado da venda de ingressos para o Sambódromo, que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura;
- Exigir da LIESB relatório com cópias de todos os contratos com empresas que porventura forem contratadas para a realização do carnaval na Avenida Intendente Magalhães, relatório este que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura;
- Exigir que todas as escolas e agremiações que recebem subvenção pública forneçam à prefeitura um relatório com cópias dos contratos com prestadores de serviços (MEI) e dos contratos de trabalho (via CLT) firmados com trabalhadores, relatório este que deve ser disponibilizado no portal de

transparência da prefeitura, respeitando os sigilos fiscais e financeiros individuais;

- Realizar audiências públicas para debater com a sociedade civil os critérios que devem ser utilizados pela prefeitura para a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações carnavalescas;
- Diminuir a disparidade entre os valores de subvenção entre os grupos, de modo que a verba destinada ao último grupo que desfila na Avenida Intendente Magalhães seja no mínimo a metade do valor que é destinado ao Grupo Especial;
- Garantir que a verba pública destinada ao apoio das escolas de samba (incluindo os grupos que desfilam na Avenida Intendente Magalhães) sejam pagos diretamente às agremiações, estas devendo se responsabilizar pela prestação de contas;
- Planejar medidas que visem à preservação de agremiações tradicionais do carnaval que perderam a força com a crescente mercantilização dos desfiles;
- Ampliar os investimentos nos desfiles das escolas de samba mirins, garantindo a infraestrutura necessária para os desfiles:
- Garantir a concorrência da transmissão televisiva no Carnaval, com o fim da exclusividade na transmissão televisiva e a garantia de que os Canais de Televisão Educativos possam transmitir o evento sem a necessidade de pagar pelos direitos;
- Elaborar um sistema interativo de comunicação para oferecer programas informativos (com aplicativos para celular) que contém a história do carnaval do Rio e expliquem o espetáculo da Sapucaí e da Intendente Magalhães em tempo real;
- Planejar uma ampla reforma do Sambódromo a fim de garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os setores:
- Promover a mudança do local das cabines de rádio e televisão para o setor 6 do Sambódromo, de modo a possibilitar uma visão geral do desfile e maior condições de trabalho para os jornalistas;

- Construir corredor de descolamento no Sambódromo, junto aos camarotes para a imprensa, para a circulação segura de jornalistas credenciados durantes os desfiles;
- Realizar um credenciamento mais criterioso dos profissionais da imprensa, submetendo o processo à fiscalização do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, evitando conceder credenciais para não jornalistas e prevenido assim a aglomeração dessas pessoas na concentração do desfile;
- Disponibilizar, junto às cabines dos veículos de comunicação, uma cabine para os diversos sindicatos responsáveis pela fiscalização de condições de trabalho no Sambódromo:
- Elaborar regulamentação técnica com parâmetros de segurança dos carros alegóricos;
- Exigir que os carros alegóricos garantam uma visão adequada do lado externo ao motorista responsável pela condução do carro alegórico na concentração e durante o desfile no Sambódromo;
- Tornar obrigatória a realização de testes prévios dos carros alegóricos, com acompanhamento de corpo técnico da Subsecretaria Municipal do Carnaval, a fim de certificar as condições técnicas adequadas ao desfile;
- Investir na capacitação técnica dos seguranças da avenida com atuação no Sambódromo a fim de auxiliar eventual ação do Corpo de Bombeiros;
- Desenvolver Protocolo de Emergência do Sambódromo com medidas especificas a serem tomadas em casos de acidentes, promovendo ampla divulgação de seus termos e capacitação dos integrantes das escolas de samba;
- Determinar que em casos de acidentes graves ocorridos durante o desfile, o mesmo deve ser interrompido até que a segurança de todos esteja garantida;
- Realizar as reformas necessárias na Cidade do Samba 1 para garantir condições de trabalho e preservar a segurança dos trabalhadores;
- Planejar e executar as obras necessárias para a construção da Cidade do Samba 2:

- Fiscalizar periodicamente as instalações dos barracões a fim de garantir condições de trabalho e preservar a segurança dos trabalhadores contratados pelas escolas de samba;
- Criar pontos de cultura e espaços de memória nas escolas de samba, valorizando a relação das escolas com os bairros do seu entorno;
- Investir em políticas de preservação da infraestrutura das quadras de escolas de samba, aproveitando o espaço físico das escolas como equipamentos culturais dos bairros;
- Integrar a rede de ensino municipal com as escolas de samba, associando disciplinas formais (história, música, artes, língua portuguesa, ciências etc.) ao universo de múltiplo saberes das agremiações e integrando a política de cultura com a política educacional do município.

COMUNICAÇÃO

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- ☼ Realizar uma Conferência Municipal de Comunicação, espaço deliberativo para aprovação de diretrizes para políticas de comunicação para o município e para a atuação do Conselho Municipal de Comunicação;
- ☼ Constituir um Conselho Municipal de Comunicação, com maioria de representantes da sociedade civil, para formulação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas municipais de comunicação;
- Instituir um Plano Municipal de Democratização da Comunicação, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Investir na comunicação como ferramenta de democratização da gestão pública, garantindo a transparência na gestão municipal e o acesso do cidadão a todas as informações necessárias para o pleno exercício da cidadania;
 - Contribuir para a ampliação da pluralidade e diversidade das fontes disponíveis de informação na cidade;
 - Criar uma política de divulgação e informação dos programas sociais da prefeitura que dialoguem com os veículos comunitários e com espaços públicos como escolas, associações de bairro, etc;
- Criar uma agência de notícias da prefeitura que permita reunir notícias de todas as áreas da prefeitura, com distribuição eletrônica de boletim periódico;
- Implementar o Canal da Cidadania (canal de televisão aberta municipal) promovendo a participação da sociedade civil no planejamento do funcionamento do canal;

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

Contemplar a educomunicação e leitura crítica da mídia nas escolas municipais, estimulando a prática transversal do tema nos espaços escolares;

- ☼ Incentivar e promover experiências e projetos de educomunicação, em parceria com organizações da sociedade civil, direcionados à população local;
- ☼ Estimular e promover iniciativas voltadas para a Alfabetização Digital, incluindo escolas, Lan Houses e programas de inclusão, possibilitando a apropriação e qualificação do uso da rede;

COMUNICAÇÃO POPULAR

- ☼ Apoiar as rádios comunitárias localizadas no município, com a criação de um fundo para distribuição de verbas para suporte à estruturação, apoio técnico, capacitação, investimento em equipamentos e manutenção e funcionamento das mesmas;
- Desenvolver um Plano Diretor participativo de Radiodifusão Comunitária, definindo o estabelecimento de áreas de execução no município;
- Capacitar agentes de comunicação, como radialistas e monitores de telecentros, para que eles sejam impulsionadores de processos de desenvolvimento local;
- Revisar a destinação das verbas publicitárias com vistas a garantir maior participação e pluralidade na comunicação do município, destinando verbas publicitárias institucionais a veículos de comunicação locais, sejam comerciais de pequeno porte ou alternativos e populares, organizados por distintos grupos, como associações de moradores, grupos de jovens, entidades comunitárias e coletivos de mulheres:
- Estabelecer uma política de financiamento e apoio às mídias populares e alternativas, com editais públicos premiando com recursos a mídias populares e editais de fomento à criação e desenvolvimento de novos meios de comunicação populares e alternativos, ampliando o potencial produtivo destes públicos;
- ☼ Criar Centrais Públicas de Comunicação ou pontos de mídia –, geridas por conselhos públicos, com participação majoritária da sociedade civil local, que funcionem como espaços para produção cidadã e que estejam ligadas a espaços de distribuição (veiculação ou circulação) dessa produção, tendo por objetivo integrar os telecentros, rádios comunitárias, estruturas de produção das escolas e centros educacionais, pontos de cultura e outros equipamentos culturais do município;
- Integrar os equipamentos de comunicação com unidades básicas de saúde, escolas públicas, bibliotecas públicas e outros

equipamentos municipais, viabilizando políticas integradas de desenvolvimento local em todas as regiões da cidade.

MEMÓRIA E VERDADE

Prioridades e compromissos:

MEMÓRIA URBANA

- Instituir um Política Municipal de Memória e Verdade, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Alterar nomes de prédios e equipamentos públicos que recordam pessoas, entidades e fatos relacionados ao legado autoritário da ditadura-militar ou ao legado racista e colonialista da escravidão;
- ☼ Rever as prioridades e conceitos dos processos de resgate arqueológico em áreas que vêm sendo objeto de grandes obras;
- ☼ Recuperar a função social de imóveis tradicionais que marcaram a história da cidade como importantes referências culturais e hoje se encontram abandonados, desconfigurados ou subutilizados, dando prioridade às cidades do interior do município;
 - Restaurar tais imóveis e transformá-los em Centros de Cultura e Memória Popular para promover a produção descentralizada de arte independente, popular e tradicional, valorizar os artistas locais e preservar a história de cada região;
 - Organizar as atividades da rede de Centros de Cultura e Memória Popular em articulação com as escolas da rede municipal de ensino, ressignificando a relação das escolas com as comunidades;
- ☼ Transformar locais marcados pelo legado autoritário da ditaduramilitar ou pelo legado racista e colonialista da escravidão em espaços de memória (centros de cultura, memoriais, etc);

MEMÓRIA E EDUCAÇÃO

- Ampliar os currículos escolares, a fim de aprofundar o debate sobre o legado autoritário da ditadura-militar e o legado racista e colonialista da escravidão na rede municipal de ensino;
- ☼ Investir na formação dos professores das escolas municipais como pesquisadores das histórias locais da cidade;

☼ Criar uma Rede de Mestres Griôs, em diálogo com as escolas municipais, para promover a cultura popular e a troca de saberes na cidade:

VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA

- Criar a Comissão Municipal da Verdade da Democracia, para recontar a história, preservar a memória, promover justiça e reparação, assim como, indicar as reformas institucionais necessárias para superar a atual cultura de violência institucional, focando em casos de execução sumária, desaparecimento forçado e tortura praticados por agentes públicos desde 1988;
- ☼ Criar a Comissão Municipal da Verdade, Memória e Justiça da Escravidão, para recontar a história, preservar a memória, promover justiça e reparação, assim como, indicar as reformas institucionais necessárias para superar o legado racista e colonialista da escravidão;
- Criar o Fundo Municipal para Reparação Histórica e Humanitária para os Descendentes de Escravizados e Indígenas (previsto pela Declaração de Durban, 2011);
- ☼ Apoiar e reconhecer as comunidades remanescentes de Quilombos e incorporar a memória e os sítios sagrados dos afrodescendentes e dos indígenas ao Patrimônio Histórico e Cultural da cidade;
- ☼ Disponibilizar espaço e recurso para a criação de um centro indígena vivo, plenamente autogestionado pelos indígenas, tendo como objetivo preservar a cultura indígena viva e não apenas registrada, sendo um ponto de referência para ensino da cultura e tecnologia dos povos originários.

LAZER

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Criar o Conselho Municipal de Lazer, dando-lhes estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de lazer;
- Instituir um Plano Municipal de Lazer, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Elaborar um plano, junto com os conselhos de moradores de cada região administrativa, para estimular o uso dos espaços públicos em todos as regiões da cidade;

ÁREAS DE LAZER E DESCANSO

- Ampliar as áreas de lazer e descanso na cidade, reconhecendo a importância de praças, parques e bosques, recuperando os espaços públicos perdidos e abrindo novas áreas nos bairros mais carentes desses equipamentos urbanos, aproveitando as garagens, quadras, armazéns e terrenos baldios da prefeitura que estão abandonados, desconfigurados ou subutilizados;
 - Criar parklets no entorno do comércio local dos bairros da cidade;
- Planejar a transformação e integração do Complexo Esportivo do Maracanã à Quinta da Boa Vista e a instalação do Parque Glaziou;
- Resgatar os espaços públicos da Marina da Glória e do Parque do Flamengo, combatendo a privatização da gestão e do uso dos espaços;
- Planejar, junto com os conselhos de moradores de cada região administrativa, o fechamento de vias urbanas em diferentes bairros da cidade para promover o lazer nos finais de semana em todas as regiões do município;

USO E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

- ☼ Realizar audiências públicas para deliberar com a sociedade civil os modelos de permissão que devem ser utilizados para desburocratizar as autorizações de uso do espaço público;
- Implementar banheiros e bebedouros públicos nas praças e parques urbanos da cidade;
- Elaborar um programa de reforma e adaptação das calçadas, praças, parques, veículos de transporte coletivo, prédios e equipamentos públicos para garantir o direito de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida (sejam idosos ou pessoas com deficiência);

LAZER E MOBILIDADE

- Priorizar pedestres e ciclistas nas políticas de mobilidade urbana;
- Implantar linhas de ônibus específicas para a articulação dos bairros com as áreas públicas de lazer da cidade (ex: praias e parques);

PRAIAS, RIOS E LAGOAS

☐ Instituir, em parceria com o INEA, uma política de informação in loco sobre as condições de banho ("própria" ou "imprópria") das praias, rios e lagoas da cidade.

ESPORTE

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Criar o Conselho Municipal de Esporte, dando-lhe estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de esporte;
- Instituir um Plano Municipal de Esporte, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ☼ Realizar um levantamento dos equipamentos (bicicletas públicas, academia de terceira idade, etc.) e quadras esportivas existentes na cidade para medir a influência sobre os diferentes territórios e desenvolver, junto com o Conselho Municipal de Esporte, políticas de recuperação e manutenção da rede existente, bem como de construção de novos equipamentos e quadras em regiões que ainda não foram beneficiadas:

ESPORTE E EDUCAÇÃO

- ☼ Reformar as quadras poliesportivas das escolas municipais que se encontram em condições precárias e construir quadras nas escolas que não tem equipamentos esportivos mas tem espaço físico para comportar quadras;
- Implementar um programa de incentivo e fomento que promova a revitalização dos clubes de bairro, reavaliando as contrapartidas sociais e a questão das dívidas dos clubes para garantir às escolas municipais o acesso aos equipamentos e instalações esportivas dos clubes e integrá-los às estratégias de desenvolvimento da educação física e do esporte de alto rendimento;
- Estabelecer um calendário municipal de competições esportivas nas diversas modalidades, definindo uma estratégia de fortalecimento dos esportes amadores e do esporte de alto rendimento, integrando os clubes e as escolas municipais;

TORCEDOR

Criar uma coordenadoria do torcedor para integrar os esforços pela garantia dos direitos do torcedor quanto a acesso, conforto, distribuição de ingressos e questões de segurança relativas aos eventos esportivos de maior porte;

ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

- ☼ Traçar uma estratégia de reaproveitamento dos equipamentos olímpicos destinados aos Jogos de 2016 que estiverem localizados em terrenos ou imóveis de propriedade da Prefeitura, visando transformá-los em centros de desenvolvimento da educação física e formação de atletas de alto rendimento;
- Criar um centro de referência público de desenvolvimento do iatismo na Marina da Glória, buscando parceria com os clubes existentes na Baía de Guanabara, a Marinha do Brasil, universidades e instituições dessa modalidade;
- Negociar com o Governo do Estado para o mesmo rever os termos de cessão para o administrador privado do estádio de remo, visando a recuperação da gestão pública do espaço para treinamento e formação de atletas;
- Negociar com o Governo do Estado para o mesmo realizar uma auditoria completa do processo de privatização em curso do Complexo do Maracanã, visando a retomada da gestão pública e o resgate de seu caráter popular, priorizando:
 - Garantir uma cota de ingressos a preços acessíveis, fixados de acordo com o salário mínimo nacional:
 - Promover a reativação de setores populares, atrás dos gols, sem cadeiras, como forma de ampliar a capacidade do estádio e permitir as manifestações festivas e as coreografias que sempre caracterizaram os jogos.

TURISMO

Prioridades e compromissos:

RESPOSTA ÀS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA

☼ Implementar um plano de emergência para, durante o ano de 2021, auxiliar micro e pequenas empresas dependentes, direta ou indiretamente, do turismo;

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Criar o Conselho Municipal do Turismo dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de turismo;
- ☼ Instituir um Plano Municipal de Turismo, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação, com o objetivo de integrar as políticas públicas voltadas para o turismo ao planejamento socioeconômico do município;
- ☼ Fortalecer a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RioTur) como agência voltada para a realização e execução de estudos, pesquisas e programas de desenvolvimento da atividade turística do município;
- Criar roteiros turísticos e culturais alternativos, integrando e valorizando bairros históricos que estão fora dos circuitos tradicionais do turismo na cidade, em especial no subúrbio;
- ☼ Ampliar os programas de apoio à utilização e frequência dos cariocas aos pontos turísticos da cidade;
- Intensificar a fiscalização e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas áreas de interesse turístico;

TURISMO E COMÉRCIO

Integrar a política de turismo com o comércio local dos bairros;

TURISMO E CULTURA

!Integrar a política de turismo com a política cultural;

Incentivar a realização de feiras, simpósios e congressos culturais, acadêmicos e comerciais, de caráter regional, nacional e internacional;

ECOTURISMO

Investir no potencial de ecoturismo da cidade, monitorando o impacto socioambiental sobre os roteiros existentes e mapeando novos circuitos;

PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

Prioridades e compromissos:

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- ☼ Instituir um Plano Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos dos Animais garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ☼ Criar uma Subsecretaria Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos dos Animais, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com atribuições de produção de dados e participação nos processos de planejamento socioambiental das diferentes regiões da cidade;

JARDIM ZOOLÓGICO

Elaborar um plano para transformar o Jardim Zoológico do Rio em um centro público de reabilitação, conservação e pesquisa da fauna silvestre nativa:

CUIDADO AOS ANIMAIS

- Proibir o uso de câmaras de gás para eutanásia de animais doentes ou sadios no município;
- Proibir o uso de qualquer método para eutanásia de animais sadios ou com doenças tratáveis recolhidos em vias públicas no município;
- Proibir a realização de testes em animais voltados para o mercado de cosméticos no município;
- Proibir a utilização de animais em apresentações circenses ou espetáculos similares no município;
- Planejar o progressivo banimento do uso de animais em veículos de tração e carga, promovendo a capacitação dos trabalhadores de carroças e charretes e investindo na adoção de tecnologias de transporte que substituam os animais;
- Criar um sistema de informações voltado para o combate aos crimes contra os animais:

☼ Criar programas de acolhimento de animais resgatados de abandono e maus-tratos:

CASTRAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO

- Aumentar a rede de centros de esterilização, qualificando sua infraestrutura e possibilitando a distribuição de materiais de higiene e saúde para os defensores dos animais;
- ☼ Garantir programas de castração móvel no município, com consultórios volantes em complemento aos centros de esterilização gratuita, levando esse serviço a toda as regiões da cidade de forma planejada e crescente;

HOSPITAIS VETERINÁRIOS

Ampliar a rede de hospitais veterinários públicos que prestam serviço de atendimento a emergências, doenças graves e outros tratamentos não disponíveis nas clínicas veterinárias privadas;

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Incentivar projetos de educação ambiental para a defesa dos direitos dos animais, bem como campanhas de conscientização contra o abandono de animais, pela necessidade da castração e pela necessidade de se denunciar maus-tratos e abandono;

PROTETORES DE ANIMAIS

Criar projetos de assistência social, econômica e educacional ao segmento de protetores de animais em situação de vulnerabilidade, principalmente nas favelas e em áreas próximas a unidades de conservação ambiental;

INCENTIVO À PESQUISA SEM VIOLÊNCIA OU MAUS-TRATOS

- Disponibilizar nas instituições públicas e privadas de ensino básico e superior do município, tecnologias de ensino que dispensem a vivissecção e o emprego de animais vivos, como por exemplo, vídeos, softwares, modelos artificiais, chip e simulações;
- ☼ Fortalecer os projetos de pesquisa e de observação de animais em vida livre;